

2018

# Relatório de delimitação de Unidades de Paisagem

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO  
E REGENERAÇÃO URBANA



**BRAGA**  
Município

[www.cm-braga.pt](http://www.cm-braga.pt)

## ÍNDICE

### INTRODUÇÃO

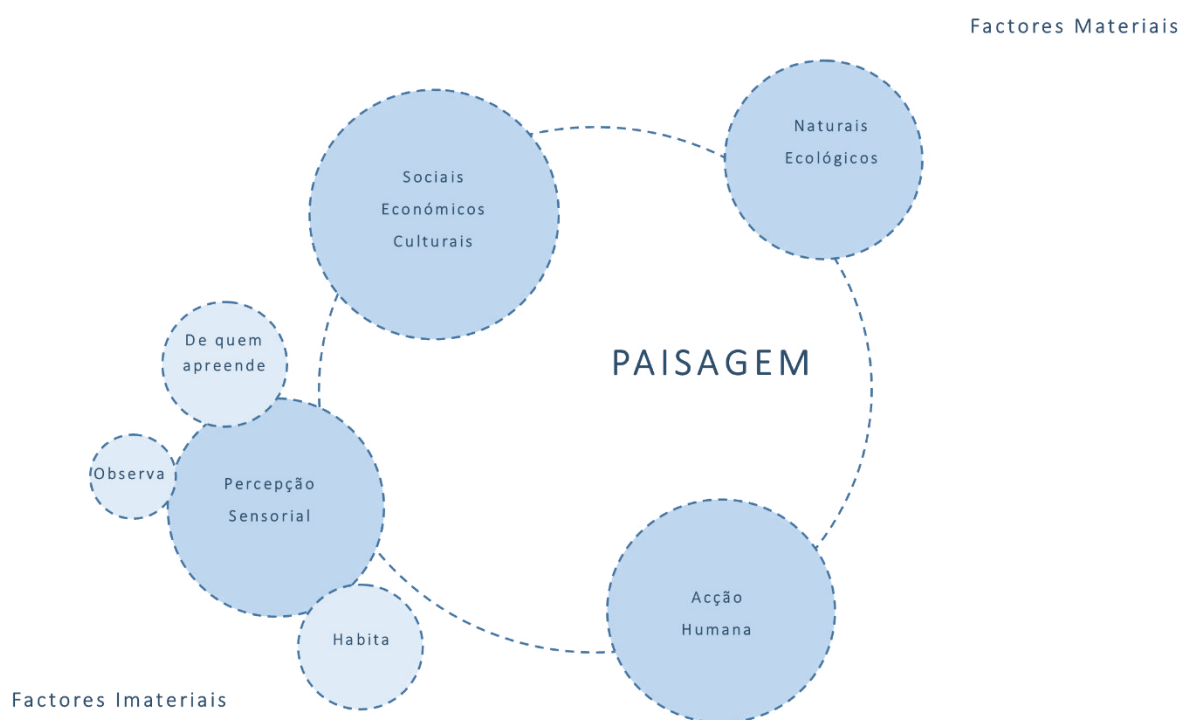
1. ENQUADRAMENTO	3
2. CONCEITOS	5
3. UNIDADES DE PAISAGEM	7
3.1 UNIDADES DE PAISAGEM EM PORTUGAL	8
4. UNIDADES DE PAISAGEM DO CONCELHO DE BRAGA	11
4.1. PAISAGEM DO CONCELHO DE BRAGA	11
4.2. METODOLOGIA DE ESTUDO	12
4.3. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO	14
4.3.1 IDENTIFICAÇÃO	14
4.3.2 CARATERIZAÇÃO	15
4.3.3 ANÁLISE DA MULTIFUNCIONALIDADE	16
4.4 PROPOSTA	17
4.4.1 VISÃO PARA AS UNIDADES DE PAISAGEM	17
4.4.2 OBJECTIVOS DE QUALIDADE PAISAGISTICA	19
4.4.3. MEDIDAS DE PROTEÇÃO, GESTÃO E ORDENAMENTO	20
BIBLIOGRAFIA	23

## INTRODUÇÃO

O Estudo da Paisagem do concelho de Braga insere-se no processo de alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Neste estudo, a Paisagem é entendida como um sistema aberto bastante complexo, como resultado das interações entre os vários fatores naturais e ecológicos, da ação humana, dos processos culturais e dos socioeconómicos. Depende ainda da perceção sensorial de quem a apreende, a observa, ou nela habita. (Cancela d'Abreu, 2012)

A compreensão desta relação, entre fatores materiais e imateriais, permite um conhecimento mais aprofundado do território, que se vai refletir em propostas de ordenamento adequadas à realidade, inspiradas no espírito de lugar, de modo a realçar a sua identidade e sustentabilidade. Para tal compreensão, é necessário uma abordagem humana e participativa do território que considere o Homem como uma das componentes do sistema e ainda como o fim último a beneficiar.



## 1. ENQUADRAMENTO

As preocupações com a paisagem, a sua salvaguarda, ordenamento e gestão estão desde há longa data nas preocupações dos responsáveis pela gestão e ordenamento do território do nosso país, embora nem sempre de forma consequente, mas acompanhando os desenvolvimentos que nesta matéria se iam verificando em termos internacionais.

Refere-se a própria Constituição da República que prevê, desde 1976, a necessidade de proteger as paisagens, sendo que as medidas gerais e específicas previstas na Convenção Europeia da Paisagem (CEP), ratificada em 2005, se inserem, genericamente no que consta no art.º66, segundo o qual: “Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares (...) ordenar o espaço territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas.”

Também a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP), 2015, pretende reconhecer a arquitetura e a paisagem como bem de interesse público e na valorização da qualidade do ambiente construído, da qualidade da arquitetura e da paisagem como um fator e um elemento chave na garantia do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos no presente e para o futuro.

A PNAP ambiciona ainda potenciar a arquitetura e a paisagem como recursos estratégicos das políticas de desenvolvimento do país, aos níveis central, regional e local.

Por sua vez, a Lei Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, Lei 48/98 de 11 de Agosto e respetivas alterações, introduz a definição de unidades de paisagem nos planos de ordenamento regional, segundo o qual é necessário “identificar paisagens, definir o seu carácter, tendências e ameaças e avaliar a sua qualidade. Só esta avaliação permitirá definir estratégias e instrumentos que, embora integrem num quadro mais alargado, respeitem a especificidade do local da paisagem e mantenham a sua autenticidade.”

Como orientação, também a CCDRC, no seu “Guia Orientador para a Revisão do PDM” (2016) diz que os conteúdos documentais que acompanham o Plano, nomeadamente o Estudo de Caracterização, “deve envolver a identificação e caracterização de unidades de



paisagem, ou seja, de áreas relativamente homogêneas, por apresentarem um padrão específico de distribuição e combinação dos seus diversos elementos, o que as diferencia das envolventes.”

O mesmo documento orienta já para os elementos a ter em conta na caracterização das unidades de paisagem, designadamente:

- “- A descrição do seu carácter (resultante dos elementos e dos padrões que as definem);
- A referência a aspetos particulares, nomeadamente recursos naturais, património arquitetónico e arqueológico, elementos paisagísticos singulares, sistemas produtivos representativos, riscos e ameaças, disfunções;
- Um diagnóstico, envolvendo uma avaliação ou apreciação global de cada unidade, especialmente quanto à sua identidade, coerência de usos/sustentabilidade e multifuncionalidade da paisagem, valor natural, raridade, componentes simbólicas, emotivas e sensoriais.
- Com base nas condições de visibilidade (determinadas essencialmente a partir do relevo, edificações e vegetação) podem delimitar-se bacias visuais, no interior das quais se definirão eventualmente subáreas de acordo com critérios de semelhança em termos percetivos;
- Também há que salientar linhas, pontos e superfícies com especial interesse no que diz respeito a vistas panorâmicas, bem como os elementos que se salientam na paisagem afetando-a visualmente tanto no sentido positivo como negativo.
- Carga simbólica e emotiva de determinados sítios, carga essa com origem religiosa, histórica ou em variados tipos de tradições.”

Com a integração do presente estudo da paisagem na revisão do Plano Diretor Municipal de Braga pretende-se, assim, contribuir para a implementação da CEP a nível local, através dos objetivos de qualidade paisagística definidos para cada unidade de paisagem, dotando a autarquia de instrumentos legais de proteção, gestão e ordenamento da paisagem, uma vez que tanto a CEP como a PNAP são apenas orientações de como potenciar o território local.

Pretende-se, ainda que o concelho de Braga se torne uma referência no domínio da arquitetura e da paisagem pelas boas práticas que resultem das suas políticas públicas,

nomeadamente sustentável, no ordenamento do território, na conservação da natureza e da biodiversidade, na reabilitação urbana, no desenvolvimento rural, na defesa do património cultural e na valorização turística.

## 2. CONCEITOS

Considerando que o principal objetivo deste estudo é a inserção no PDMB, dos princípios orientadores da CEP de proteção, gestão e implementação da paisagem, importa, antes de mais, abordar os conceitos nela abordados, nomeadamente: paisagem, política de paisagem, objetivo de qualidade paisagística, proteção da paisagem, gestão e ordenamento da paisagem.

O conceito de **paisagem** tem assumido diferentes significados desde o século XVI até aos nossos dias, em função do contexto histórico e cultural vigente. De facto, o conceito proclamado pela CEP, nada tem a ver com os antigos conceitos de paisagem.

Pode considerar-se que “Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos” (CEP)

Ao conceito de paisagem, estão então associados componentes não só de natureza objetiva, como é o caso das componentes biofísica e humana, mas também de ordem subjetiva, e por isso social, na medida em que é relevante considerar o modo como a mesma é sentida e entendida por diferentes grupos de população, numa lógica de participação dos diversos atores no seu ordenamento e gestão.

É através da **política da paisagem**, que designa a formulação, pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras, que é possível adotar medidas específicas tendo em vista a proteção, gestão e ordenamento do território.

Estes princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras são aplicadas a uma paisagem específica através da formulação de **objetivos de qualidade paisagística**. Neste contexto, é considerado as aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida. Estes objetivos, definidos após a identificação e caracterização de cada

unidade de paisagem, pretendem corresponder à visão local, onde o município se pretende situar no futuro.

Para tal, é determinado um programa de ação, identificando e espacializando as medidas concretas para cada unidade de paisagem. Este programa engloba três tipologias de ações: **medidas de proteção da paisagem**, que designa as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana; medidas de **gestão da paisagem**, através de ações que visam assegurar a manutenção de uma paisagem mas numa perspetiva de desenvolvimento sustentável no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais; e ainda as medidas de **ordenamento da paisagem**, através de ações com forte carácter prospetivo visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

## ESTUDO DA PAISAGEM Inserido na elaboração do Plano Diretor Municipal

Permite definir políticas locais para a paisagem

Análise e Diagnóstico

Identificação da paisagem  
Caraterização da paisagem  
**UNIDADES DE PAISAGEM**

Proposta

Objetivos de Qualidade Paisagística

Medidas

Proteção  
Gestão  
Ordenamento

Gestão

Parcerias  
Meios  
Recursos  
Indicadores

### 3. UNIDADES DE PAISAGEM

A paisagem de uma determinada região pode ser considerada em termos de unidades que representam “áreas com características relativamente homogêneas, com um padrão específico que se repete no seu interior e que as diferencia das suas das suas envolventes.” (DGOTDU, 2004)

A delimitação destas pode depender da “morfologia ou da natureza geológica, do uso do solo, da proximidade ao oceano, ou da combinação equilibrada de vários fatores. Uma unidade de paisagem tem também uma certa coerência interna e um caráter próprio, identificável no interior e do exterior.” (CM Mafra) Ou seja, os elementos da paisagem são os fatores que no seu conjunto definem a estrutura de cada unidade de paisagem.

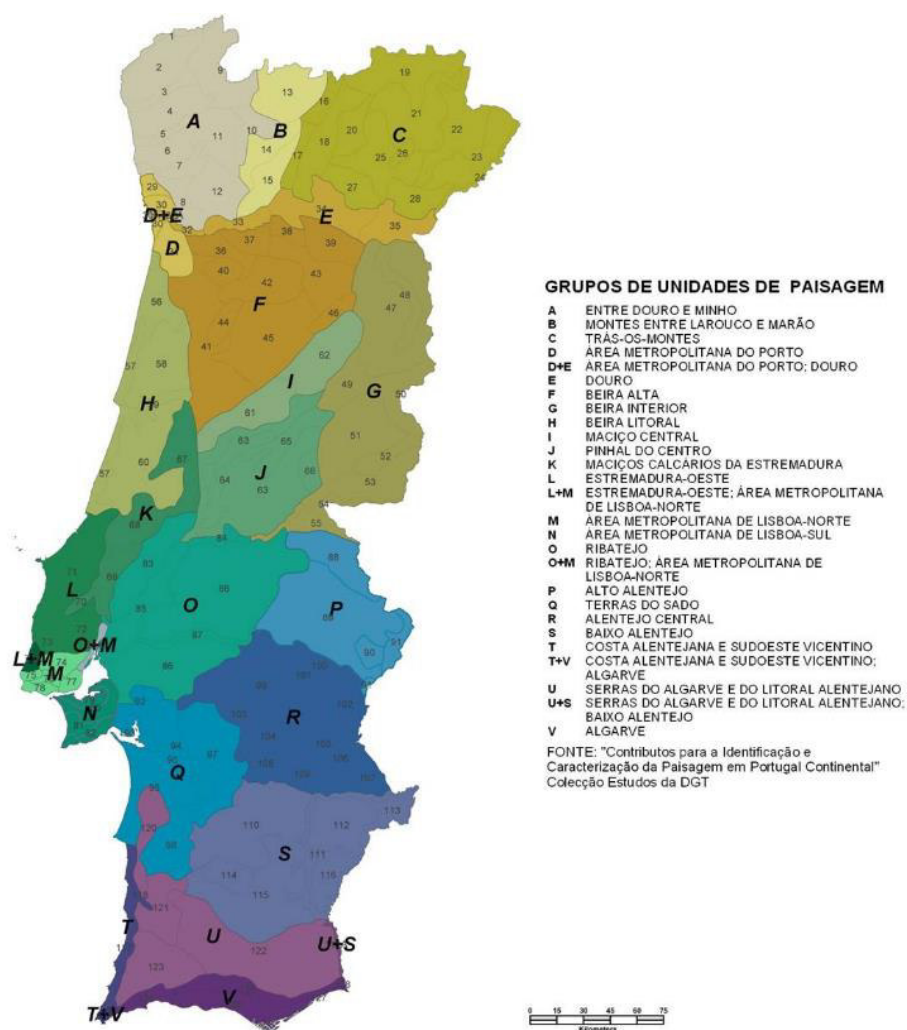


Figura 1- Grupo de Unidades de Paisagem de Portugal Continental

Na análise a nível nacional foram “considerados como elementos da paisagem aqueles que se distinguem nas imagens aéreas utilizadas. Estes elementos tanto podem ser de origem natural, como antropológica e contribuem, em conjunto para o padrão que caracteriza a unidade paisagem e a distingue das envolventes” (DGOTDU,2004), tais como: afloramento rochoso, linhas de água e respetivas galerias ripícolas, conjuntos edificados, infraestruturas, entre outros.

### 3.1 UNIDADES DE PAISAGEM EM PORTUGAL

A área territorial do concelho de Braga, segundo o trabalho citado da DGOTDU, encontra-se, a nível nacional, no Grupo de Unidades de Paisagem A- “Entre Douro e Minho”, composto por 28 Unidades de Paisagem, sendo que o concelho é abrangido por parte das Unidades de Paisagem 5 – Vale do Cávado; 6 – Entre Cávado e Ave; e 11 – Minho Interior.

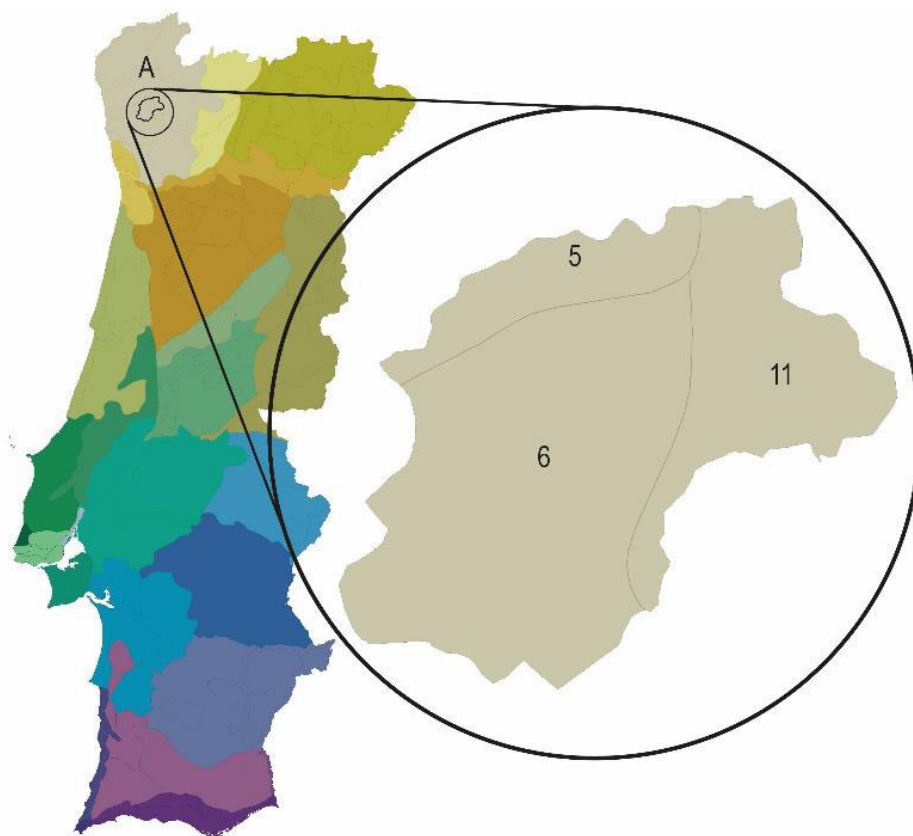


Figura 2- Posicionamento do concelho de Braga no grupo de Unidades de Paisagem de Portugal Continental

#### UP5 – Vale do Cávado

A paisagem da unidade nacional do Vale do Cávado, que contém uma pequena parte norte do concelho de Braga, apresenta-se com um carácter semelhante ao de outros vales minhotos. O povoamento denso e disperso pontua o verde, sempre dominante, quer dos terrenos agrícolas do vale como das encostas em que dominamos pinheiros. “A água, diretamente vista e ouvida, ou indiretamente sentida, é uma presença constante.” (DGOTDU,2004)

Tal como em outras unidades, também nesta se tem sentido, nas últimas décadas, significativas alterações do carácter da paisagem, alterações essas que ocorrem da proliferação dispersa sem qualidade arquitetónica, urbanística e paisagística.

#### UP6 – Entre Cávado e Ave

Esta unidade abarca uma significativa diversidade de situações devido ao seu desenvolvimento no sentido nascente-poente, norte-sul, passando por cabeços que ultrapassam os 200-300m e por vales bem marcados. Trata-se de uma unidade de paisagem com um relevo, no geral, suave, mas vigoroso a sul de Braga, com altitudes com 100m na faixa litoral e sem prolongamento para o interior ao longo do rio Este.

Devido a esta diversidade, o estudo nacional considerou duas subunidades de paisagem: 6a – Zona Litoral e 6b – Braga e suas Envoltentes. Esta última contém quase a totalidade do concelho, destacando, por isso, na sua caracterização, a cidade de Braga e suas modernas expansões. Com uma envolvente tipicamente suburbana, corresponde a uma realidade paisagística bem individualizada, com um carácter comum a outras cidades médias do país com centro histórico com valores patrimoniais muito significativos, embora alguns desqualificados. A expansão recente do centro histórico disseminam-se numa franja suburbana, ocupando indiscriminadamente o território, sem respeito pelos recursos naturais e valores construídos.

A intensa paisagem rural que até há algumas dezenas de anos envolvia Braga, com os seus campos férteis e intensamente aproveitados, tem vindo a ser ocupada e destruída por prédios habitacionais, armazéns, unidades industriais e equipamentos geralmente de baixo valor arquitetónico, mal implantados e denotando a falta de um desenho urbano coerente de qualidade.

A riqueza biológica está enfraquecida, porque se trata de um centro urbano de dimensões apreciáveis e com extensas áreas de periferias suburbanas, sem uma estrutura ecológica que compense o artificialismo e as degradações da paisagem.

#### UP11 – Minho Interior

O concelho de Braga está incluído, na fronteira nascente, na Unidade de Paisagem Minho Interior.

A Unidade, no seu todo, é considerada uma paisagem muito minhota, onde predomina o verde, o arvoredado e com um carácter rural claro. No entanto, a presença ou proximidade de centros urbanos como Guimarães e Braga, introduz nesta matriz rural alguns elementos urbanos que são cada vez mais marcantes. Daí a frequência de elementos salientes nesta paisagem com cunho positivo como o património construído, incluindo solares, igrejas, capelas, conventos e pontes, como dissonâncias gritantes como fábricas, habitações, armazéns e instalação agrícolas com as mais diversas formas, volumes, materiais e cores, localizadas aleatoriamente na paisagem.

Esta unidade de paisagem nacional apresenta valores biológicos médios a elevados, pois ainda consegue manter uma notável diversidade de usos agrícolas e florestais, a presença de manchas de matos e de manchas residuais de vegetação arbórea espontânea.

#### 4. UNIDADES DE PAISAGEM DO CONCELHO DE BRAGA

O estudo das unidades de paisagem do concelho de Braga surge no âmbito da adaptação do PDMB ao RJIGT.

A identificação das respetivas unidades de paisagem assenta na estrutura física, à escala 1:30.000, e cultural deste território, como resultado da apropriação humana do espaço geográfico do concelho e da forma como as populações foram utilizando os recursos humanos disponibilizados. Esta identificação está, por isso, relacionada com a interpretação do território, agrupando sensorialmente os diferentes valores.

A forma de agrupar elementos similares que se relacionam permite, por sua vez, ter uma leitura clara do território, tornando mais fácil a sua compreensão.

##### 4.1 PAISAGEM DO CONCELHO DE BRAGA

Com uma ocupação do território de 183,4Km<sup>2</sup> e com mais de 2000 anos de história, atestada pelos múltiplos vestígios arqueológicos identificados desde a Época do Ferro, o concelho de Braga está localizado na região noroeste de Portugal.

Inserido numa região densamente povoada, Braga apresenta uma posição central relativamente a todos os concelhos do distrito potenciando o seu efeito polarizador e assumindo-se como um centro estruturador e prestador de serviços do noroeste. É ladeado a norte pelos concelhos de Vila Verde e Amares, a nordeste e este pela Póvoa de Lanhoso, a sul e sudoeste pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Guimarães e a oeste pelo concelho de Barcelos.

O perímetro urbano abrange uma área de 43,6Km<sup>2</sup>, localizando-se na zona central do concelho, estendendo-se para o Norte, Este e Sudoeste. Esta ocupação é sustentada pela melhoria das vias de comunicação e vem apoiar a necessidade de se considerar a cidade alargada, uma vez que nas últimas quatro décadas a cidade teve um forte crescimento.



O crescimento económico e demográfico potenciou esta expansão. As próprias políticas de ocupação do território nessa altura, previam esta expansão e potenciaram-na de modo a tornar a cidade mais competitiva, através da fixação de emprego e população.

Esta ocupação/expansão trouxe graves problemas no território até porque, os terrenos mais propícios à ocupação urbana são os terrenos com baixos declives, o que no nosso território corresponde aos terrenos com maior aptidão agrícola, presença de linhas de água, leitos de cheia, entre outros.

Por outro lado, o crescimento urbano necessitou de matéria-prima, possível de obter no território concelhio nomeadamente, o substrato geológico. Esta situação motivou o aparecimento de várias unidades de indústria extrativa.

O estudo de Unidades de Paisagem do concelho pretende assim, como já foi referido, definir objetivos de qualidade paisagística e medidas específicas de proteção, gestão e ordenamento da paisagem. Mas para tal, esta delimitação nacional de Unidades de Paisagem não é suficiente, uma vez que é, assumidamente, uma delimitação pouco complexo, devido à escala em que foi realizado o estudo – 1:250.000.

## 4.2 METODOLOGIA DO ESTUDO DAS UNIDADES DE PAISAGEM

A metodologia para o estudo das Unidades de Paisagem que a seguir se apresenta é orientado pelo guia “A Paisagem na Revisão do PDM” (DGOTDU, 2011), e está diretamente relacionada com as fases de revisão do PDM.

### METODOLOGIA DE ESTUDO

#### ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA PAISAGEM

- Identificação e delimitação da paisagem
- Caraterização das unidades de paisagem
- Análise da multifuncionalidade de cada unidade

#### PROPOSTA

- Determinação da visão para cada unidade de paisagem
- Definir objetivos de qualidade paisagística
- Propor medidas de proteção, gestão e ordenamento

Análise e diagnóstico da Paisagem – Pretende caraterizar a paisagem nas suas componentes objetivas e subjetivas, de onde resultarão unidades de paisagem.

Esta fase de compreensão de Paisagem é efetuada ao mesmo tempo que os estudos de caraterização territorial do PDM e culmina numa identificação, caraterização e diagnóstico da Paisagem

As unidades de Paisagem identificadas são alvo de uma caraterização síntese que incluiu a descrição dos elementos físicos da paisagem, do seu caráter identitário, as principais transformações e ainda a componente da análise da multifuncionalidade. Esta síntese conduz a um diagnóstico que avalia a unidade quanto à sua identidade, coerência de usos e ainda componentes objetivas e subjetivas. Este diagnóstico permite, ainda, a realização de uma análise SWOT de cada unidade. A partir daqui, já é possível delinear a visão para a paisagem no futuro.

Proposta – Determinação da visão, objetivos de qualidade paisagística e medidas para cada unidade de paisagem

Considerando as caraterísticas globais de cada unidade de paisagem, desde as suas caraterísticas físicas aos seus aspetos identitários, raridade, riscos, ameaças e disfunções, são definidas aspirações para cada unidade.

A definição dos objetivos para cada unidade de paisagem resulta da análise anterior (1ª fase) e corresponde a um aprofundamento da visão, considerando as caraterísticas de cada unidade e ainda a qualidade paisagística que se pretende obter, de acordo com os padrões de qualidade de vida que satisfaçam as necessidades e expectativas da população local, assim como, as exigências técnicas e institucionais.

Na definição dos objetivos devem ser entendidas as aspirações dos cidadãos, opinião dos especialistas e das políticas públicas em relação à paisagem.

Através dos objetivos de qualidade paisagística definidos para cada unidade de paisagem, é proposto um conjunto de medidas. Tratam-se de medidas de proteção, através da conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da

intervenção humana; medidas de gestão que visam assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais; e ainda medidas de ordenamento da paisagem, sendo que estas têm um forte carácter prospetivo visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

### 4.3. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO

#### 4.3.1 IDENTIFICAÇÃO

A identificação das Unidades de Paisagem do concelho de Braga resultou do trabalho técnico, com base na cartografia e documentação existente, em que foram analisadas as várias componentes do território, nomeadamente: morfologia do terreno / ocupação florestal/ fauna e flora / ocupação do solo / rede viária / património arquitetónico e arqueológico / sistemas produtivos representativos / outras expressões da atividade humana. (Apêndice 1)

O reconhecimento da paisagem *in situ* pela equipa de trabalho também contribuiu para a identificação de cada Unidade de Paisagem, uma vez que permite detetar as possíveis e diferentes perceções humanas. Perceção esta que não é possível ter através da cartografia. (Apêndice 2)

Da análise da cartografia apresentada, de documentação e do reconhecimento *in situ*, resultaram então as seguintes Unidades e Subunidades de Paisagem do concelho de Braga:

#### UP1 Vale do Cávado

- UP 1.1 Cávado Poente
- UP 1.2 Cávado Centro
- UP 1.3 Cávado Nascente

#### UP2 Vale do Este

- UP 2.1 Sul da Cidade
- UP 2.2 Cidade
- UP 2.3 Nascente do Este

#### UP3 Veigas de Braga

- UP 2.1 Veiga do Este
- UP 2.2 Veiga de Penso

#### UP4 Encosta dos Santuários

- UP 4.1 Santuários
- UP 4.2 Nascente dos Santuários

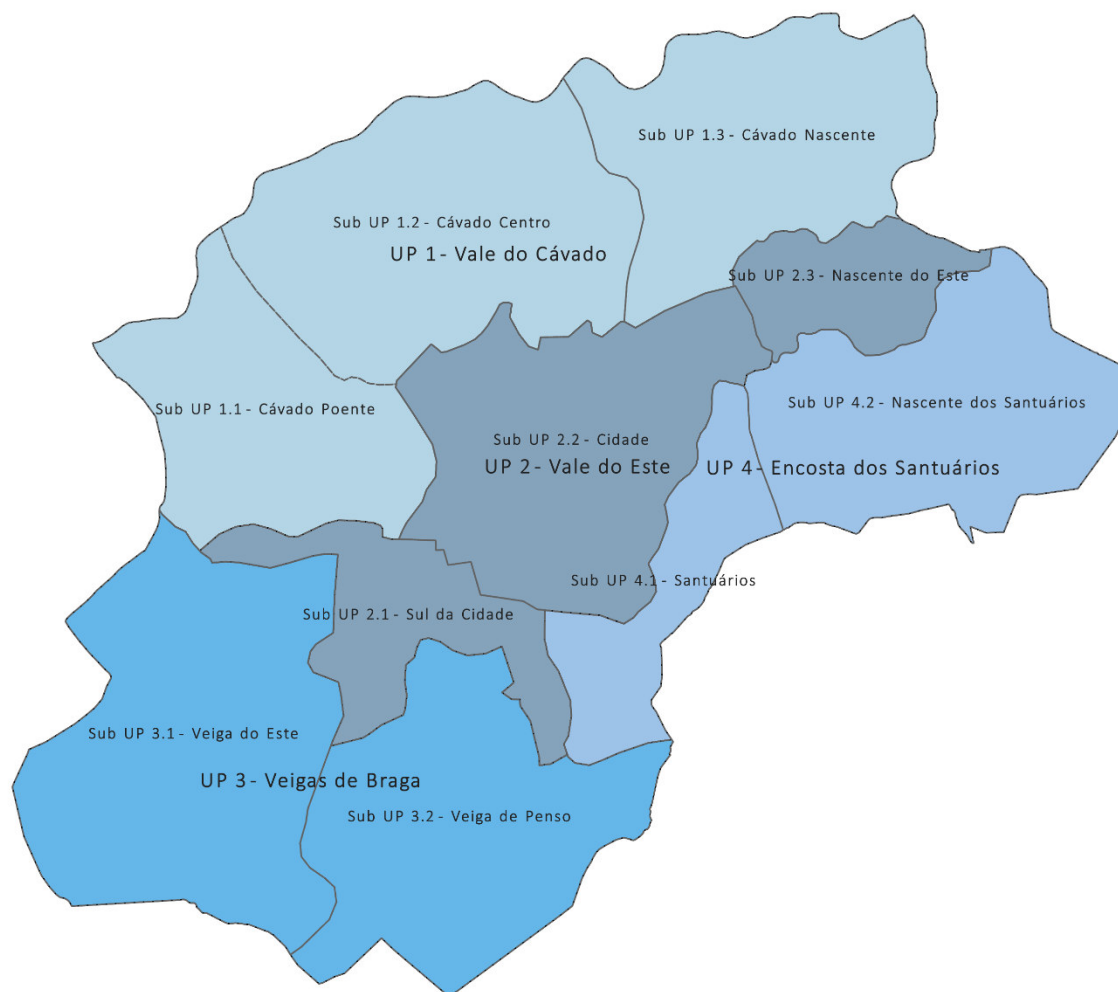


Figura 3- Unidades e Subunidades do concelho de Braga

#### 4.3.2 CARATERIZAÇÃO

Para a caracterização de cada unidade e subunidade de paisagem, foram considerados as várias componentes do território supra referidos - morfologia do terreno / ocupação florestal/ flora e fauna / ocupação do solo / rede viária / património arquitetónico e arqueológico / sistemas produtivos representativos / Outras expressões da atividade humana – tendo em conta, simultaneamente, aspetos particulares que distingue cada uma como identidade, raridade, coerência de usos, riscos e ameaças e disfunções. Foram ainda consideradas as principais transformações que ocorreram num determinado quadro temporal, ou seja, a dinâmica de cada unidade; e ainda a descrição da perceção sensorial.

A conjugação entre estas características, materiais e imateriais, permite ilustrar não só as componentes físicas de cada unidade de paisagem, como a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das próprias condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas.

#### 4.3.3 ANÁLISE DA MULTIFUNCIONALIDADE

Desta caracterização resultou a avaliação da multifuncionalidade de cada subunidade da paisagem que pretendeu identificar as principais funções desempenhadas na situação atual da respetiva subunidade, comparando-a com as funções que poderão ou deverão vir a desempenhar, de acordo com as potencialidades e oportunidades identificadas.

Para esta avaliação, atual e potencial, foram definidas funções e subfunções da paisagem adequadas ao concelho de Braga, nomeadamente:

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
Regulação	Regulação do ar/gases Climática Hídrica Conservação do solo
Habitat	Refúgio, alimentação e reprodução Vegetação autóctone
Produção	Agrícola Florestal Produção de inertes
Informação	Qualidade da paisagem Recreio Cultura Ciência e educação
Suporte	Habitação Acessibilidades Turismo Indústria Tratamento de águas Tratamento de águas residuais

A Ficha de Caraterização com identificação, descrição e avaliação da multifuncionalidade de cada unidade e subunidade da paisagem, encontra-se em apêndice. (Apêndice 3)

#### 4.4 PROPOSTA

##### 4.4.1 VISÃO PARA AS UNIDADES DE PAISAGEM

A construção de uma visão para o território integra as orientações estratégicas para o território, assim como outras ideias que não tenham diretamente uma ligação direta aos aspetos políticos e regulamentares, sendo esta fase do processo aberta, flexível, criativa e participada.

##### UP1. Vale do Cávado - O Cávado como símbolo do lugar.

Desde as primeiras civilizações que a relação rio/cidade se revela um aspeto primordial para o desenvolvimento, uma vez que a água constituía um dos principais fatores para o estabelecimento definitivo dos povoamentos.

Esta relação está bem presente nesta unidade de paisagem do Vale do Cávado, através dos vários vestígios arqueológicos que comprovam a larga ocupação temporal desta área do concelho, desde os povoados fortificados da idade do ferro, à ocupação durante o império romano e, mais recentemente, ao longo dos séculos XVIII e XIX, à escolha desta paisagem por parte da burguesia que aqui edificou várias quintas.

Pretende-se, assim, para esta unidade de paisagem e, indo ao encontro às recentes políticas de ordenamento do território que voltam a privilegiar a relação da população das cidades com o rio, perceber o rio Cávado como um lugar atrativo, que vai contribuir para uma identidade específica ao território. Esta paisagem do rio e das suas margens oferece potencial para as mais diversas atividades de lazer e recreio para os habitantes das freguesias contíguas mas também a toda a população da cidade como praias fluviais, zona de lazer, percursos históricos e naturais e a prática de desportos náuticos. Estas ações

acabam por reforçar o sentimento de identidade, gerando reflexos positivos para a proteção e fruição desta paisagem, ao mesmo tempo que tornam o território mais atrativo para a captação de turistas.

#### UP2. Vale do Este – *Regenerare Braga*

Fundada em 16 a.C. como Bracara Augusta, a cidade de Braga, sempre conheceu, ao longo dos séculos, uma forte ocupação do território na área que corresponde ao atual centro histórico.

Nas últimas décadas do século XX, face ao forte crescimento da cidade e às necessidades subjacentes, a cidade estendeu-se para sudoeste e este. Este modelo de crescimento e expansão urbana acabou por criar situações de conflito, de continuidade e impasse, que urge reverter.

É, no entanto, uma área que se encontra já consolidada, representando, por isso, uma nova responsabilidade na gestão – *Como transformar a velha cidade numa cidade atrativa que nos convida a querer conhecer, habitar e trabalhar?*

Pretende-se, assim, para esta Unidade de Paisagem, criar condições de melhoria da qualidade de vida e estética. Qualidade esta para quem habita e trabalha neste local e de modo a fixar população nos limites da cidade consolidada. É então fundamental pensar em temas como manutenção e conservação, mobilidade, participação e inclusão, turismo, e ambiente.

#### UP3. Veigas de Braga - A ruralidade como singular espaço de vida

A área do concelho a que corresponde a Unidade de Paisagem das Veigas de Braga mantém, ainda, um forte carácter rural, em oposição à visão centralizada na urbanização, dominante em grande parte do concelho, carácter esse que se pretende manter.

Para tal é fundamental, não só fomentar a correta utilização do solo, como travar o desvio dos solos férteis para ocupações que não sejam as da agricultura ou das funções de sustentabilidade ecológica.

Simultaneamente, pretende-se fomentar a implantação de empresas associadas à agricultura intensiva e/ou agricultura biológica, nomeadamente através da fixação no concelho de jovens agricultores. Esta valorização do setor contribui, não só para a manutenção do valor estético desta paisagem como para o desenvolvimento económico do concelho.

#### UP4. Encosta dos Santuários - Valorização da paisagem cultural

A paisagem cultural resulta da interação entre elementos naturais e humanos, ilustrando a evolução da sociedade e a sua fixação no tempo e no espaço. É uma paisagem, em parte, desenhada e criada intencionalmente pelo Homem, em muitos casos, associada a edifícios e conjuntos religiosos, como encontramos nesta unidade de paisagem que apresenta elevado valor paisagístico, arquitetónico e estético, mas também simbólico, uma vez que aqui se encontram dois dos três principais santuários do concelho, assim como vestígios de antigos lugares de culto. É necessário, portanto, não só preservar a paisagem existente, assim como também proporcionar à população local/visitantes condições de fruição, relacionando os vários pontos de interesse desta paisagem.

#### 4.4.2. OBJECTIVOS DE QUALIDADE PAISAGISTICA

OBJETIVOS DE QUALIDADE PAISAGISTICA	UP 1			UP 2			UP 3		UP 4	
	UP 1.1	UP 1.2	UP 1.3	UP 2.1	UP 2.2	UP 2.3	UP 3.1	UP 3.2	UP 4.1	UP 4.2
1 Diversificar as acessibilidades para diferentes meios de transporte	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
2 Potenciar os percursos históricos pelo elo entre diferentes recursos do território		●	●			●		●	●	
3 Salvaguarda do espaço público				●	●					



4	Proteção da qualidade estética da paisagem			●			●				
5	Valorização do setor primário	●		●			●	●	●		●
6	Salvaguarda da Paisagem Cultural									●	
7	Qualificação da paisagem			●			●				●
8	Qualificação das áreas industriais	●	●		●						●

#### 4.4.3. MEDIDAS DE PROTEÇÃO, GESTÃO E ORDENAMENTO DA PAISAGEM

##### OBJETIVO 1 – DIVERSIFICAR AS ACESSIBILIDADES PARA DIFERENTES MEIOS DE TRANSPORTE

Medida 1. Introdução de medidas de acalmia de tráfego (elevação de travessias pedonais ao nível dos passeios, implementação de novas passagens pedonais, estreitamento de faixas de rodagem, redução de vias num mesmo sentido)

Medida 2. Conversão de vias de sentido único em vias de sentido duplo ou permitir a exceção a velocípedes.

Medida 3. Alargamento dos passeios (desenvolvimento de percursos com linearidade, continuidade e de fácil leitura para pessoas com mobilidade condicionada)

Medida 4. Implementação de estacionamento para bicicletas

Medida 5. Dedicção de vias para Transportes Públicos (partilhadas com velocípedes sempre que justificável)

Medida 6. Criação de vias para modos ativos em margens de linhas de água

Medida 7. Implementação de Zonas 30 com potencial para evoluir para zonas de coexistência

##### OBJECTIVO 2 – POTENCIAR OS PERCURSOS PEDESTRES HISTÓRICOS – VIAS ROMANAS E CAMINHOS DE SANTIAGO – COMO ELO ENTRE DIFERENTES RECURSOS DO TERRITÓRIO

Medida 1. Salvaguarda, conservação e manutenção dos percursos históricos (definição dos traçados, limpeza, acondicionamento)

Medida 2. Implementação de percursos comuns ou alternativos para modos ativos (bicicleta)

Medida 3. Valorização dos percursos históricos e do território abrangido, através da implementação de sinalética direcional e informativa dos percursos e dos recursos locais existentes (requer estudo/levantamento das atividades económicas envolvidas)

Medida 4. Divulgação e dinamização dos percursos (informações em postos de informação locais e regionais, através da região de Turismo Porto-Norte, incentivo e apoio à realização de atividades turísticas e pedagógicas)

### OBJETIVO 3. SALVAGUARDA DO ESPAÇO PÚBLICO

Medida 1. Conservação e manutenção dos espaços públicos (praças e vias) através da introdução de medidas de limpeza profunda e regular e pequenas intervenções, preferencialmente com a utilização de materiais inovadores (resilientes, ambientalistas e esteticamente apazíveis). Respetiva monitorização.

### OBJECTIVO 4. PROTEÇÃO DA QUALIDADE ESTÉTICA DA PAISAGEM

Medida 1. Manutenção da paisagem rural, condicionando a expansão urbana

### OBJETIVO 5 – VALORIZAÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO

Medida 1. Salvaguarda e promoção da agricultura familiar e tradicional

Medida 2. Incentivo e apoio à fixação de unidades de agricultura intensiva

Medida 3. Incentivo e apoio ao Agroturismo como aproveitamento dos recursos locais, contribuindo para a sustentação dos rendimentos dos agricultores e para uma oferta de alojamento singular.

### OBJECTIVO 6 – SALVAGUARDA DA PAISAGEM CULTURAL

Medida 1. Identificar áreas sujeitas a proteção

Medida 2. Reconverter o coberto vegetal com introdução de espécies autóctones

#### OBJECTIVO 7. QUALIFICAÇÃO DA PAISAGEM

Medida 1. Reflorestação através de espécies com índice de baixa combustibilidade

Medida 2. Dinamização da rota dos moinhos em alternativa às já existentes

#### OBJECTIVO 8 – QUALIFICAÇÃO DAS ÁREAS INDUSTRIAIS

Medida 1. Alargamento de vias de acesso a áreas industriais.

Medida 2. Criação de espaços comuns (espaços verdes / estacionamento)

Medida 3. Implementação de outras atividades económicas que permitam garantir o pleno funcionamento das indústrias instaladas e que contribuam para a fixação de novas.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alexandre Cancela, CORREIA, Teresa Pinto, OLIVEIRA, Rosário (2004). *Contributos para a Identificação e Caraterização da Paisagem em Portugal Continental* - Volume I e II. DGOTDU. Lisboa.

BOTELHO, Maria João, AFONSO, Marta (2011). *A Paisagem na Revisão dos PDM – orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal*. DGOTDU. Lisboa.

CARDEIRA, Sofia Catarina Ramos (2015). *Análise e Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Faro (1ª fase) – Contributos para o Estudo da Paisagem*. Relatório de Estágio de Mestrado em Arquitetura Paisagística. Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade de Évora. Évora

COSTA, Patrícia Folgado Bargado da (2011). *Análise Visual da Paisagem. Caso de Estudo – Concelho de Almada*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagística. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa

GONÇALVES, Carla Andreia Correia (2003). *Convenção Europeia da Paisagem e a revisão do PDM*. Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território. Universidade de Aveiro. Aveiro.

NOGUÉ, Joan, SALA, Pere, GRAU, Jordi (2016). *The Landscape Catalogues of Catalonia. Methodology*. Landscape Observatory of Catalonia; Barcelona.

SALES, Maria Teresa Ferraz Lúcio (2015). *Percursos na Paisagem*. Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora. Évora.

SOARES, Laura; PACHECO, Elsa; COSTA, António; BATEIRA, Carlos (2017). *Unidades de paisagem de Baião: “traços da natureza e da cultura”*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

TELES, Gonçalo Ribeiro Teles (1946). *A habitação rural, in O Arado*, Jornal Mensal da Juventude Agrária Católica. Lisboa.

XAVIER, Sandra (2017). Usos da ruralidade na arquitetura paisagística. *Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, pp 165-188

#### PUBLICAÇÕES DE CÂMARAS MUNICIPAIS

CM Chaves (2015). *Revisão do Plano Diretor Municipal. Estudo Prévio. Estudos de Caracterização – 8 – Paisagem*. Chaves

CM Mafra (2013). *Plano Diretor Municipal de Mafra – Proposta de revisão. Volume VI – Estudos de caracterização. Relatório*. Mafra.

CM Paredes de Coura (2016). *Plano de Paisagem das Terras de Coura*. Paredes de Coura.

CM Sintra (2014). *Relatório de caracterização e diagnóstico do Concelho de Sintra. Tema 2 e 3 – Caracterização Biofísica, Paisagística e do Estado do Ambiente*. Sintra.













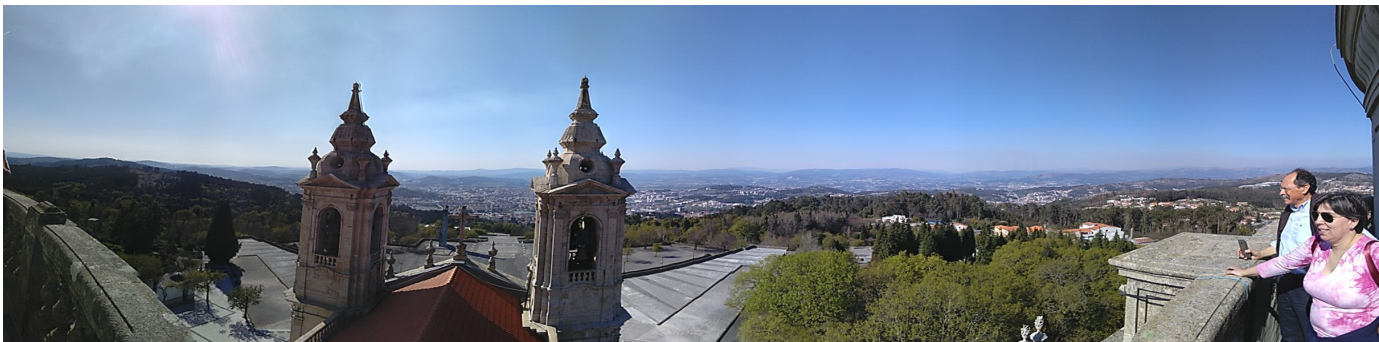
PAISAGEM SOBRE MIRE DE TIBÃES 12-12-2016  
Vista da margem da Ribeira de Panoias



PAISAGEM SOBRE O RIO CÁVADO 12-12-2016  
Vista da Praia Fluvial de Merelim, S. Paio



PAISAGEM SOBRE A VEIGA DE PENSO 03-03-2017



PAISAGEM SOBRE O SANTUÁRIO DO SAMEIRO 17-03-2017



PAISAGEM SOBRE NAVARRA 12-12-2016



PAISAGEM SOBRE A CIDADE 17-03-2017  
Vista do Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, Espinho



PAISAGEM SOBRE ESPINHO E SOBREPOSTA 17-03-2017  
Vista do Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, Espinho



PAISAGEM SOBRE A VEIGA DE PENSO 17-01-2017  
Vista da Capela de Nossa Senhora de Fátima, Figueiredo



PAISAGEM SOBRE STª MARTA DAS CORTIÇAS 17-03-2017  
Vista do Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, Espinho



RECONHECIMENTO *IN SITU* 17-03-2017

Vista do Santuário de Nossa Senhora do Sameiro





UP1—VALE DO CÁVADO

Localizada a sul do rio Cávado, a unidade de paisagem corresponde a um território misto, de características agrícolas, com algumas zonas industriais e de armazéns, pedreiras e construção urbana, essencialmente de baixa densidade.

A paisagem apresenta uma hipsometria com terrenos de cotas compreendidas entre 50 e 200m e terrenos de baixos declives. A hidrografia é profundamente marcada pelo rio Cávado e por um conjunto de ribeiras que desaguardam no mesmo rio.

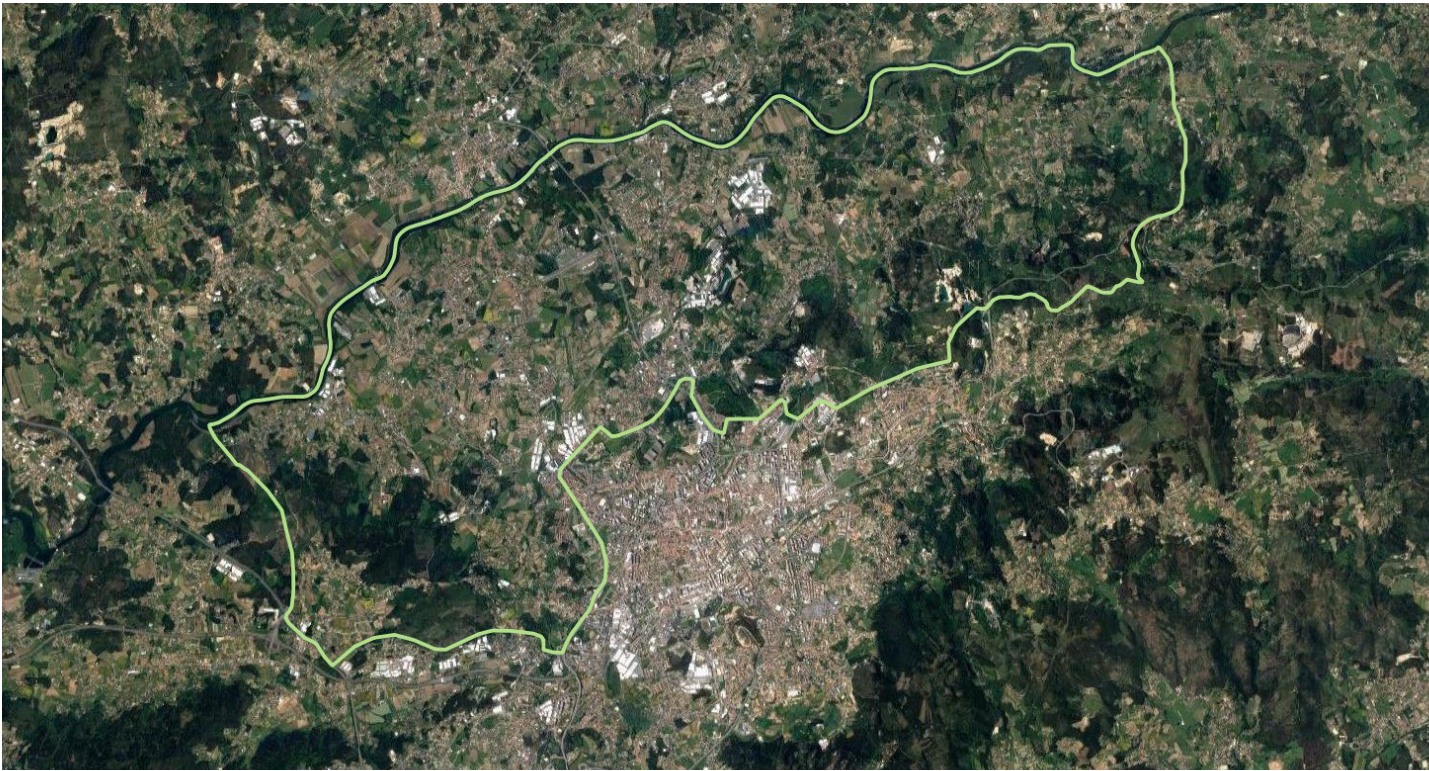
Apesar da orientação solar estar voltada a norte, como é uma zona de declives baixos, é possível ter uma boa exposição solar em quase toda a área da unidade de paisagem.

Quanto ao substrato do solo este é, maioritariamente constituído por rochas graníticas hercínicas alternada com depósitos fluviais.

A flora é, genericamente, constituída por eucaliptos, pinheiros, alguns sobreiros e azinheiras. Verifica-se ainda, nesta unidade, a proliferação de espécies infestantes como a acácia dealbata. Na fauna, não há espécies protegidas.

O cadastro é constituído por terrenos de pequena dimensão e outros com dimensões apropriada à utilização de máquinas agrícolas.

A nível patrimonial destaca-se a presença de múltiplos vestígios arqueológicos que afirmam a larga ocupação temporal do território que corresponde a esta unidade de paisagem.

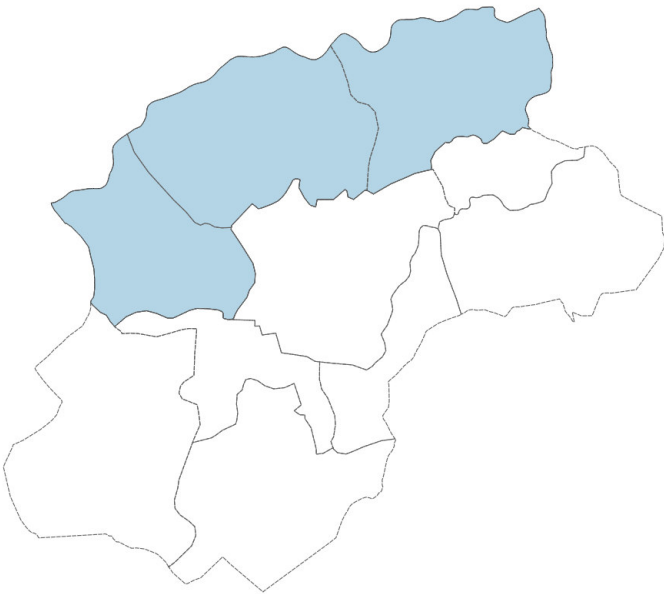


SÍNTESE

Geologia /Solos	Granito Solos Agrícolas Elevado teor de humidade
Topografia	Declives maioritariamente de 3 a 16%
Rede Hídrica	Abundante Boa qualidade, à exceção Ribeira de Panoias
Povoamento	Caráter linear Tipologia R/C +1
Orientação solar	Norte
Biodiversidade	Interesse médio Garças Reais
Cadastro	Minifúndio e quintas
Ocupação do solo predominante	Agrícola Zonas industriais
Sistema Patrimonial	Elevado Valor—Vias Romanas, Caminho de Santiago, Mosteiro de Tibães, Palácio D. Chica, Ruínas Arqueológicas de S. Martinho de Dume



Igreja e Mosteiro de Tibães





UP1.1 CÁVADO NASCENTE

Para além das caraterísticas anteriormente descritas da unidade de paisagem 1. Vale do Cávado, esta subunidade destaca-se pela presença do Mosteiro e Cerca de Tibães, classificados de Interesse Público.

Os campos agrícolas com médias dimensões situam-se ao longo da ribeira de Panoias, mas ainda se verifica a existência de parcelas mais diminutas e de apoio à agricultura de minifúndio.

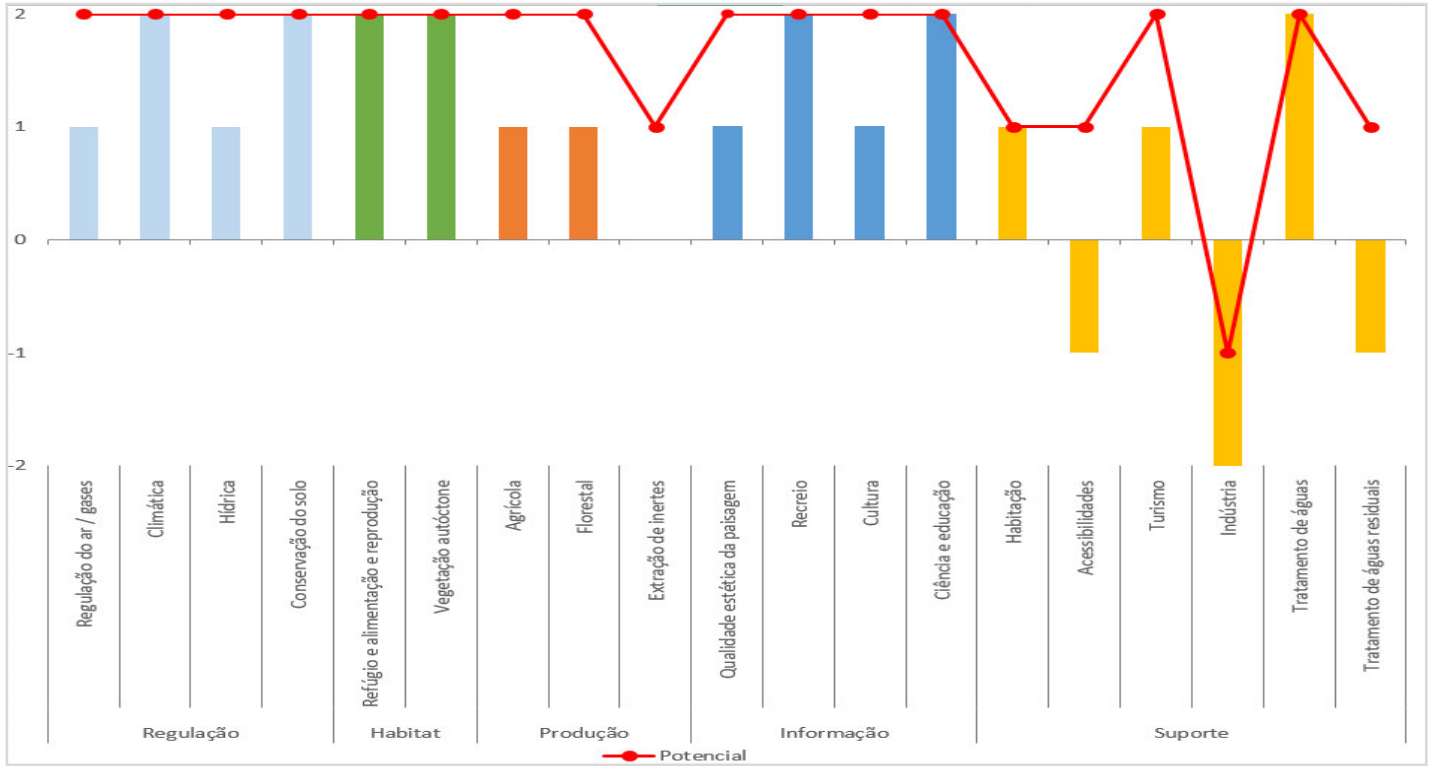
Destaca-se ainda uma significativa mancha florestal que incluiu os Montes de S. Filipe e Monte das Caldas.

Nesta subunidade localiza-se o parque industrial de Padim da Graça.

Quanto aos vestígios arqueológicos encontra-se identificada nesta subunidade, parte antiga via romana XX e alguns povoaamentos romanos.



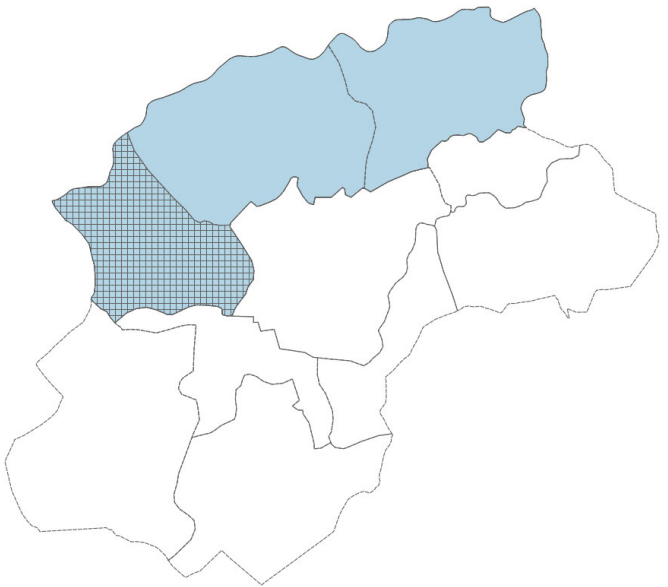
MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM - FUNÇÕES ACTUAIS / POTENCIAL



Parque de Merendas de Padim da Graça



Mosteiro de Tibães





UP1.2. CÁVADO CENTRO

Nesta subunidade estão diversos equipamentos públicos de dimensão regional como o Aeródromo de Braga, diversos equipamentos e infraestruturas municipais como por exemplo a ETAR de Frossos, a ETA em Palmeira, várias escolas, equipamentos desportivos e socioculturais bem como a Praia Fluvial de Adaúfe (Bandeira Azul).

É nesta subunidade que se localiza uma das maiores áreas industriais do concelho, assim como armazéns e outro tipo de atividades económicas. Destaca-se, também, a presença de várias unidades de indústria extrativa ativa e abandonada.

De toda a unidade é nesta subunidade onde se verifica a menor produção dos solos agrícolas.

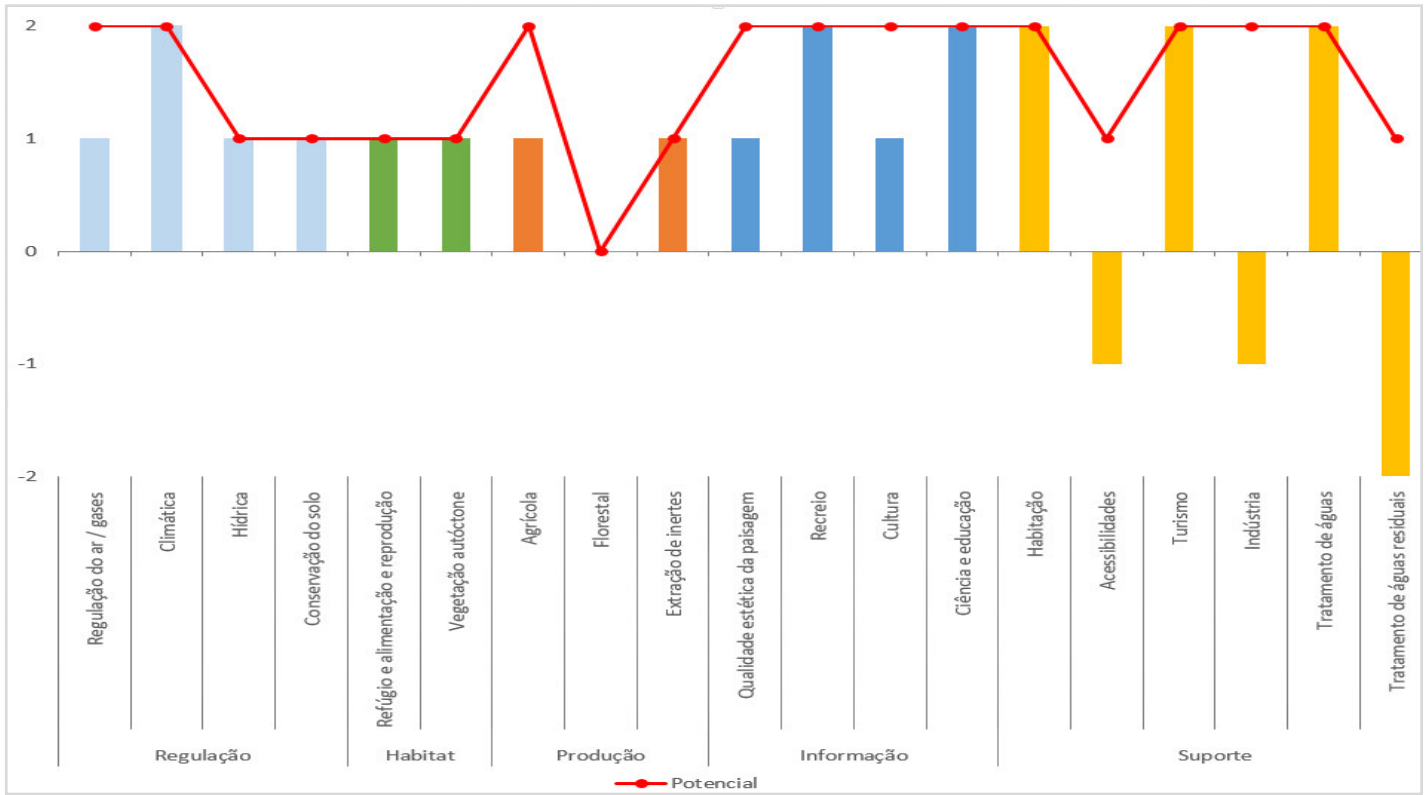
A nível patrimonial apresenta elevado valor, através de múltiplos vestígios de povoamentos da época romana, a qual também tem forte expressão nesta subunidade, devido à presença de duas antigas vias romanas XVIII e XIX.

É ainda nesta subunidade que se encontram os vestígios Arqueológicos de S. Martinho de Dume, classificados como Monumento Nacional, que constituem um dos mais importantes locais de investigação do Norte de Portugal sobre a curta história do reino suevo.

Existem ainda vários imóveis arquitetónicos com valor patrimonial, como o Castelo D. Chica, da autoria de Ernesto Korrodi, século XX e classificado de Interesse Público.



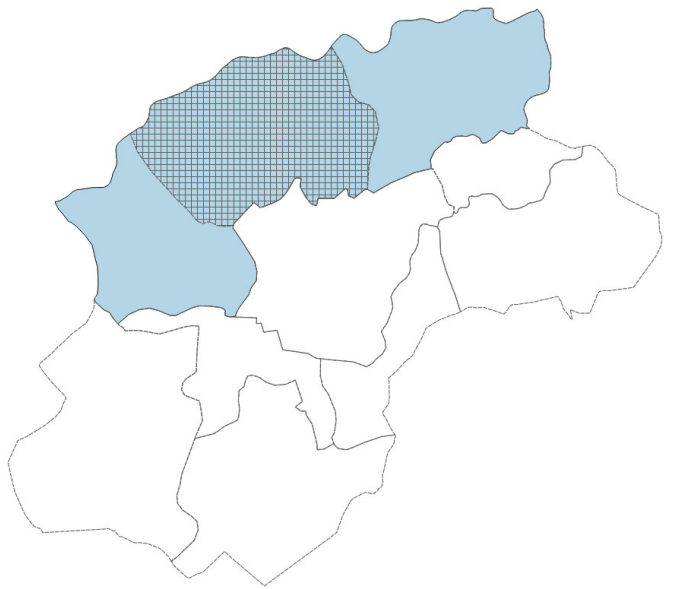
MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM - FUNÇÕES ACTUAIS / POTENCIAL



Castelo D. Chica



Praia Fluvial de Adaúfe





UP1.3. CÁVADO POENTE

Nesta subunidade verifica-se um caráter bastante rural, tanto pela atividade ligada ao setor primário como pelas próprias caraterísticas do edificado e dos acessos viários.

É uma área onde predomina a produção agrícola, observando-se, no entanto, alguns povoamentos florestais de espécies autóctones.

A rede hidrográfica é bastante densa e muito utilizada para rega.

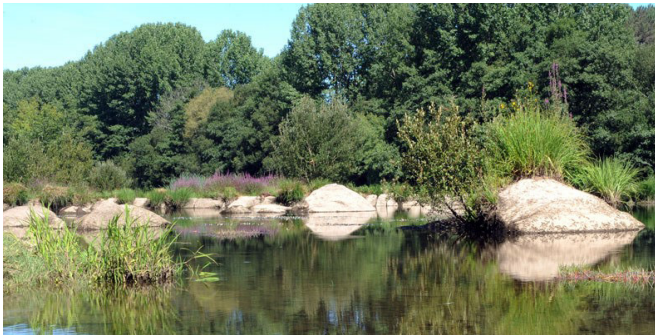
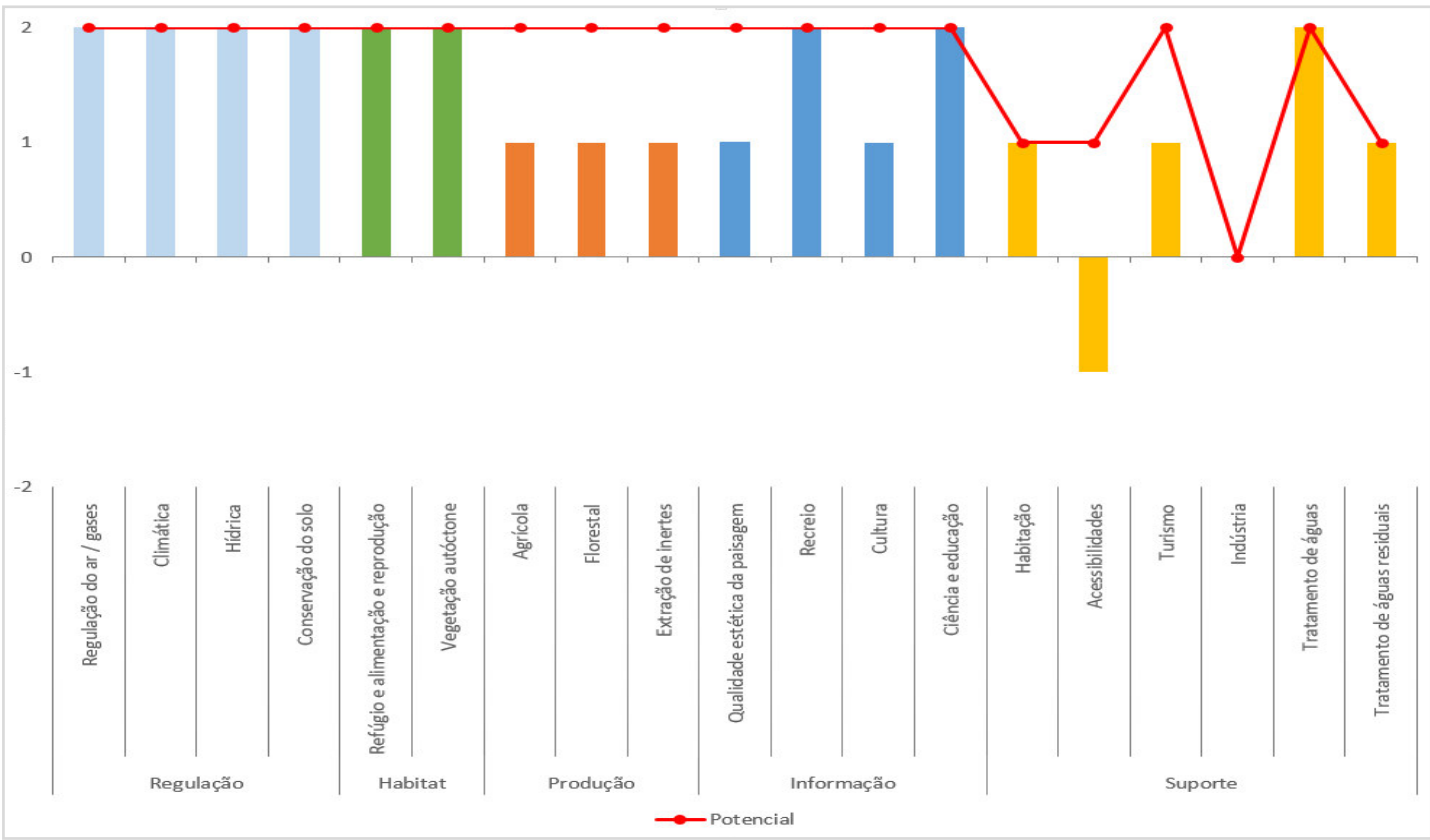
Destaca-se a existência da mais recente praia fluvial, Praia do Cavadinho.

Esta subunidade apresenta diversos bens arquitetónicos com interesse, desde casas, quintas e capelas, como é o caso da Casa e Quinta de Lages, e da Casa e Quinta de Santa Lucrécia de Algeriz, ambas classificadas de Interesse Público.

Associado a estes bens arquitetónicos tem alguma expressão a atividade turística associada ao turismo rural.



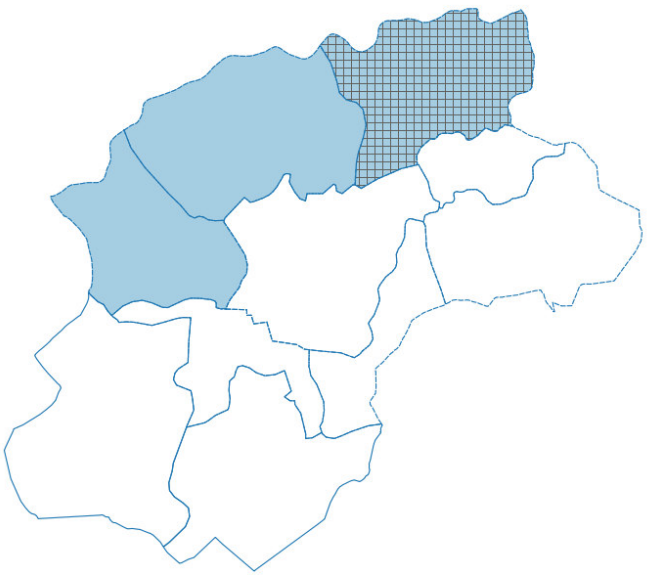
MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM - FUNÇÕES ACTUAIS / POTENCIAL



Praia Fluvial de Navarra



Casa e Quinta das Lages, Pousada





UP2. VALE DO ESTE

Localizada no vale do Rio Este, esta unidade de paisagem resulta do crescimento consolidado da cidade e tem por base a ocupação romana e medieval.

Apresenta uma hipsometria com terrenos que vão da cota 70 à 300m sendo, maioritariamente, um terreno plano, que se desenvolve ao longo do vale do rio Este, com marcações pontuais como o Monte do Picoto.

A hidrografia é marcada pelo leito rio Este e por pequenas ribeiras que desaguam neste rio.

O substrato do solo é predominantemente constituído por rochas graníticas hercínicas.

A flora é constituída, sobretudo, por eucaliptos, pinheiros, alguns sobreiros e azinheiras. Na fauna, não há espécies protegidas.

O sistema patrimonial é de elevado valor histórico, sendo nesta unidade de paisagem que se apresentam a maior parte dos bens arqueológicos e arquitetónicos classificados.

É nesta unidade de paisagem que se situam as atividades ligadas ao setor secundário e terciário, bem como a maioria dos equipamentos municipais.



SÍNTESE

Geologia /Solos	Granito Afloramento Rochosos Aluvião ao longo do rio
Topografia	Declives de 30 a 100%
Rede Hídrica	Traçado do rio Este com margens artificializadas
Povoamento	Misto
Orientação solar	Sul
Biodiversidade	Baixa
Cadastro	Urbano
Ocupação do solo predominante	Urbano Equipamentos
Sistema Patrimonial	Elevado Valor— Maior concentração de bens arqueológicos e arquitetónicos classificados—Termas Romanas, Fonte do Ídolo, Sete Fontes, Sé de Braga, Torre de Menagem, Palácio do Raio, Palácio dos Biscaínhos, Igreja de S. Vitor, entre outros.



Termas Romanas



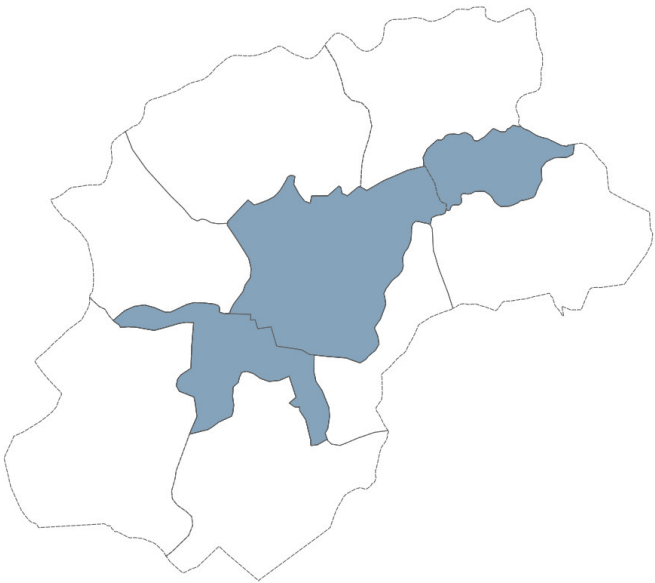
Parque da Ponte



S. Vicente



Hospital de Braga





UP2.1.—SUL DA CIDADE

Esta subunidade está delimitada de forma a incluir as duas unidades industriais com forte expressão no território.

Pelo facto de se encontrar instalada há bastantes anos, tem sido a justificação para a expansão urbana sentida nesta subunidade. A ocupação de tipologia habitação uni-familiar alterna com habitação multifamiliar de alta densidade.

É atravessada pelo rio Este, num troço cuja qualidade da água decresce significativamente.

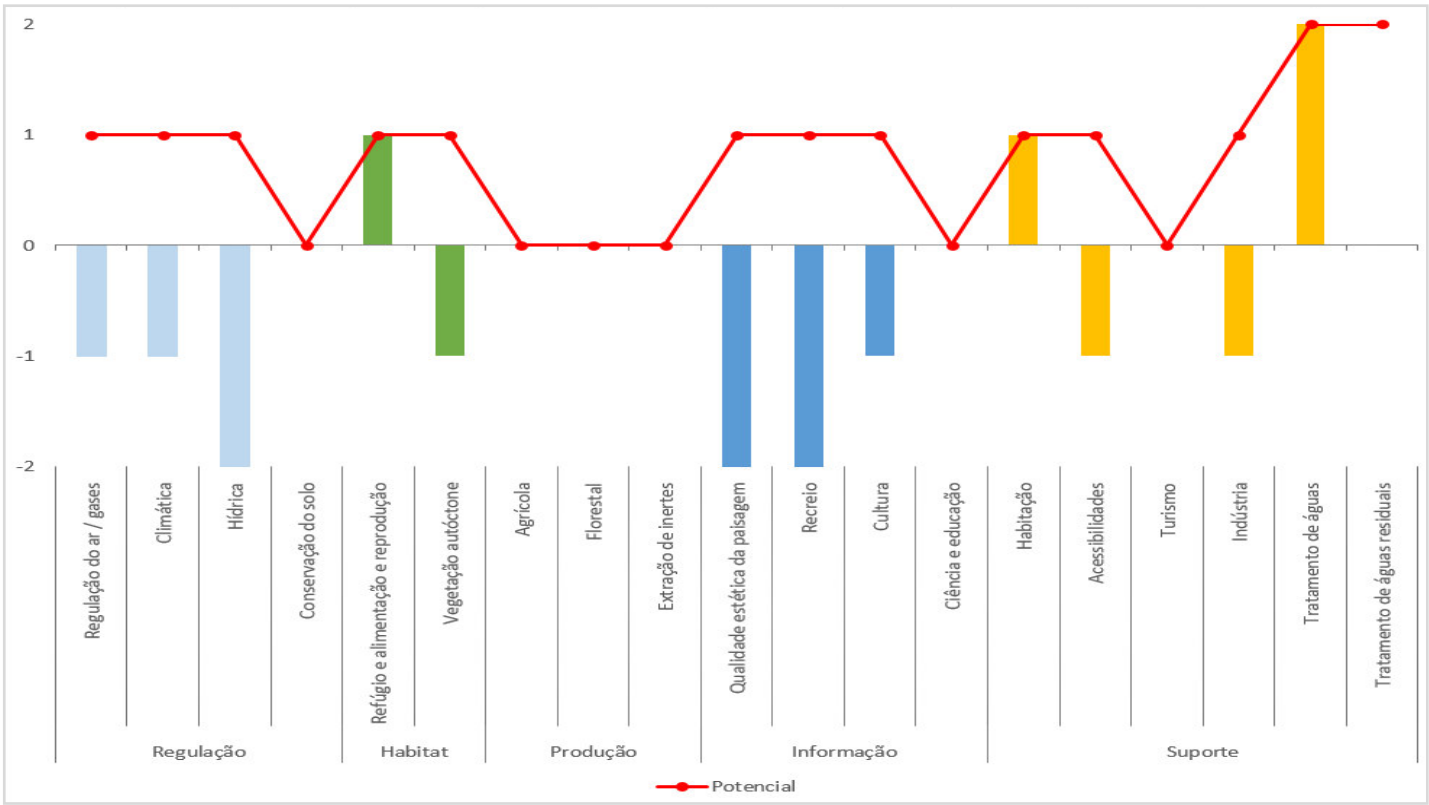
Observa-se ainda alguns espaços desocupados com potencial para atividades ligadas ao setor primário ou ao recreio e lazer.

A nível patrimonial tem pouca expressão, encontram-se apenas nesta subunidade parte da antiga via romana XX, cujo trajeto inicia na subunidade 1.1.

Este território corresponde a uma paisagem peri-urbana, onde é visível a presença de variadas atividades e usos/ ocupação do solo, que o tornam confuso, desarticulado e desaproveitado.



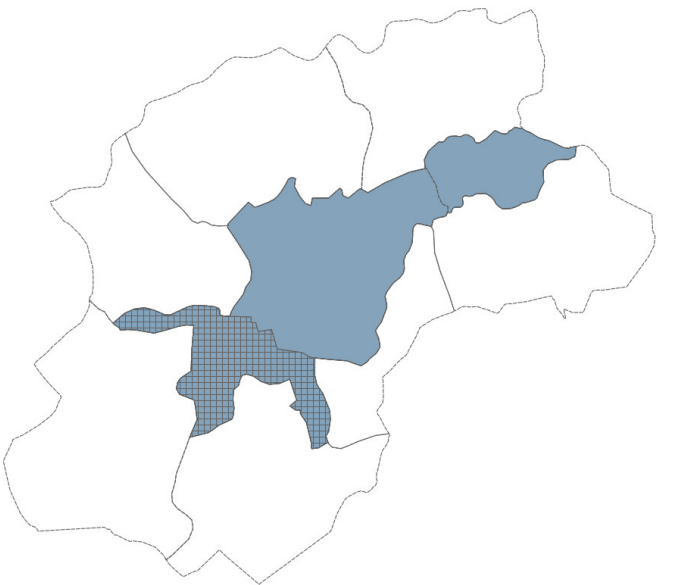
MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM - FUNÇÕES ACTUAIS / POTENCIAL



Mamoa de Lamas



Campos Agrícolas, Sequeira





UP2.2. CIDADE

Esta subunidade inclui o coração da cidade, o Centro Histórico, fortemente marcado pelas diferentes ocupações do território ao longo dos séculos.

Na envolvente do Centro Histórico ocorre a maior concentração de edifícios para habitação, equipamentos, comércio e serviços como o Hospital de Braga, a Universidade do Minho, a Tribunal Administrativo, Segurança Social, Serviços de Finanças, diversos equipamentos desportivos e socioculturais, entre outros.

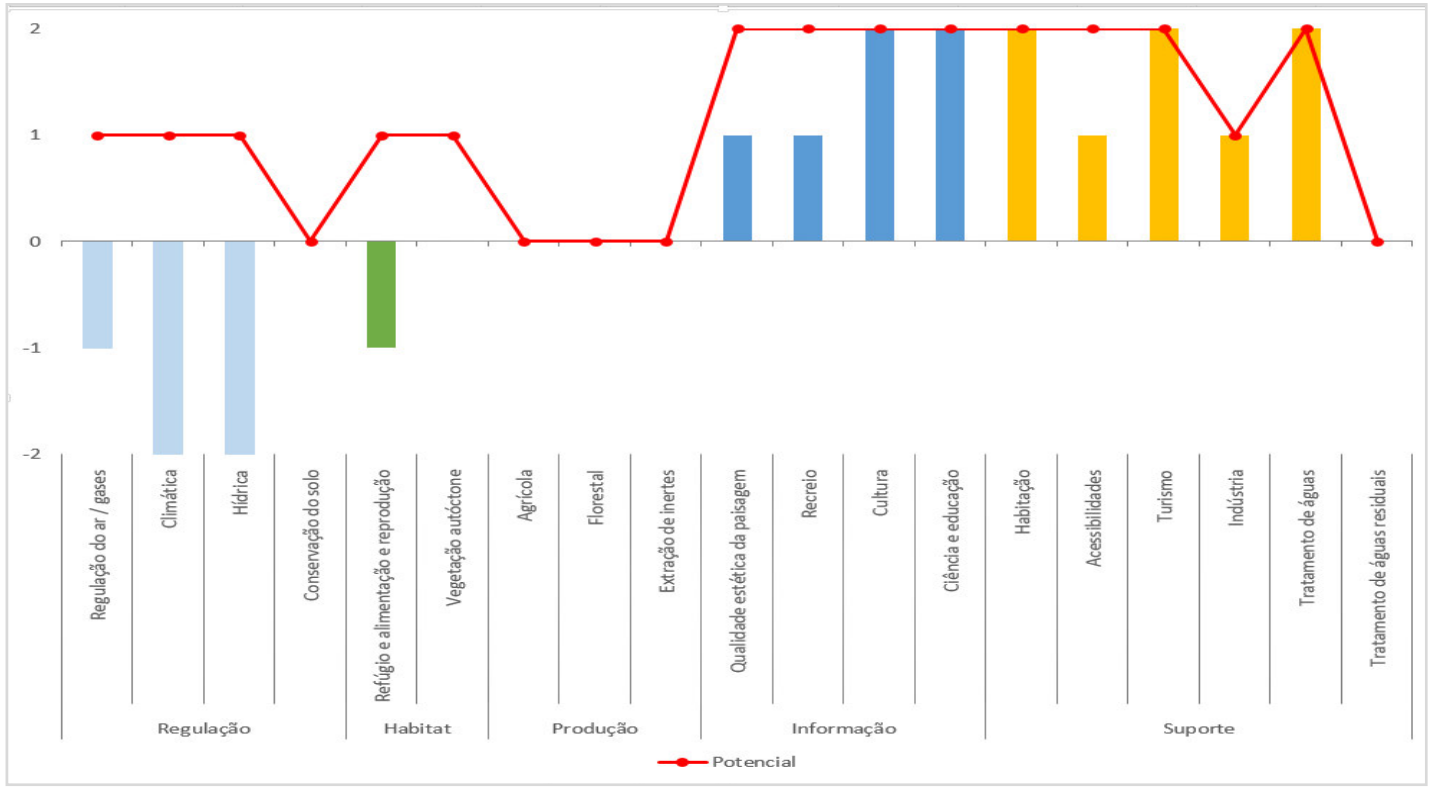
Da ocupação romana destaca-se as Termas Romanas e a Fonte do Ídolo, da época medieval os restos do Castelo e Torre de Menagem, a Sé de Braga, todos eles classificados como Monumento Nacional.

Da época barroca evidenciam-se as múltiplas igrejas e alguns Palácios, como o Palácio do Raio e o Palácio dos Biscaínhos, também eles classificados de Interesse Público.

Apesar da densa ocupação urbana, esta área dispõe de um conjunto de espaços verdes para a fruição da população da cidade essencialmente ao longo das margens do rio Este, recentemente recuperadas.



MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM - FUNÇÕES ACTUAIS / POTENCIAL



Universidade do Minho



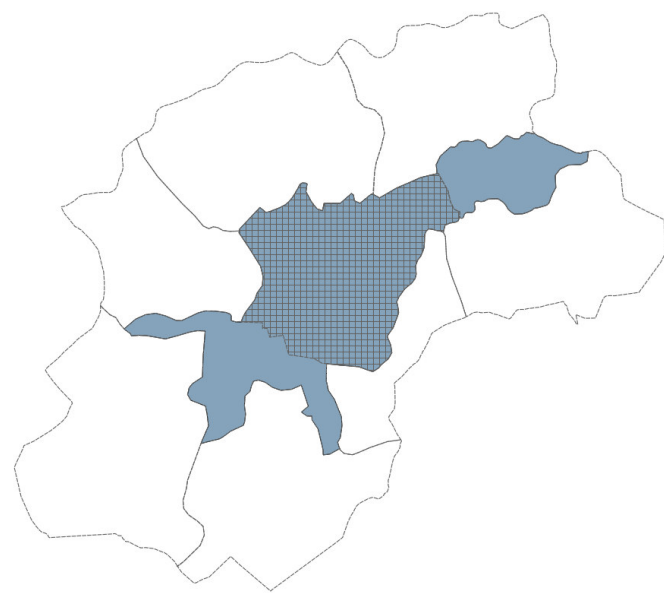
Paços do Concelho



Sé de Braga



Avenida Central





UP2.3. NASCENTE DO ESTE

Esta subunidade engloba o troço mais natural do rio Este. Nesta área verifica-se ainda alguma ruralidade associada aos espaços habitacionais. A agricultura, ainda que de minifúndio, configura uma paisagem agradável, composta por pequenos campos agrícolas associados, maioritariamente, à habitação do agricultor.

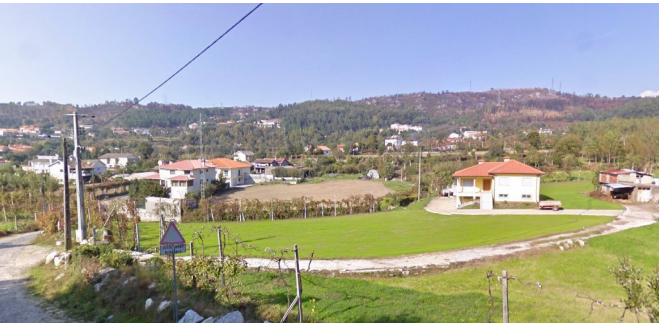
Nas zonas de montanha é notória a presença de afloramentos rochosos que se misturam numa floresta de pinheiro e eucalipto.

Devido à regeneração natural que tem vindo a ocorrer após os incêndios, observa-se a presença espontânea de sobreiros e carvalhos.

Nesta subunidade encontra-se parte do traçado da antiga via romana XVII.

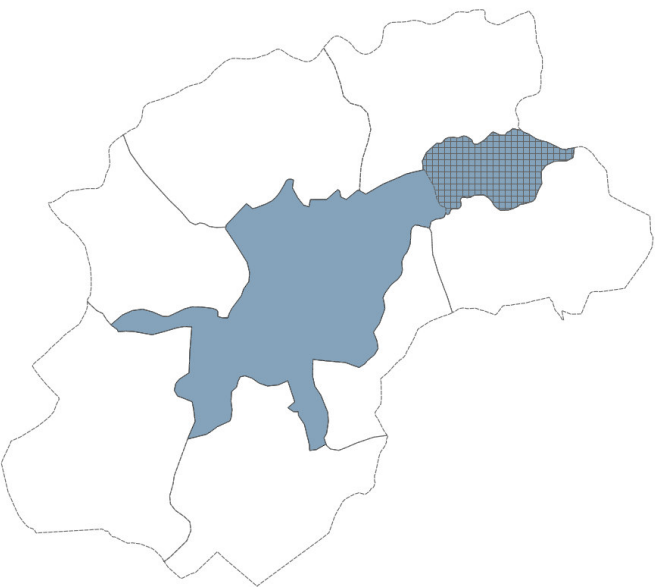
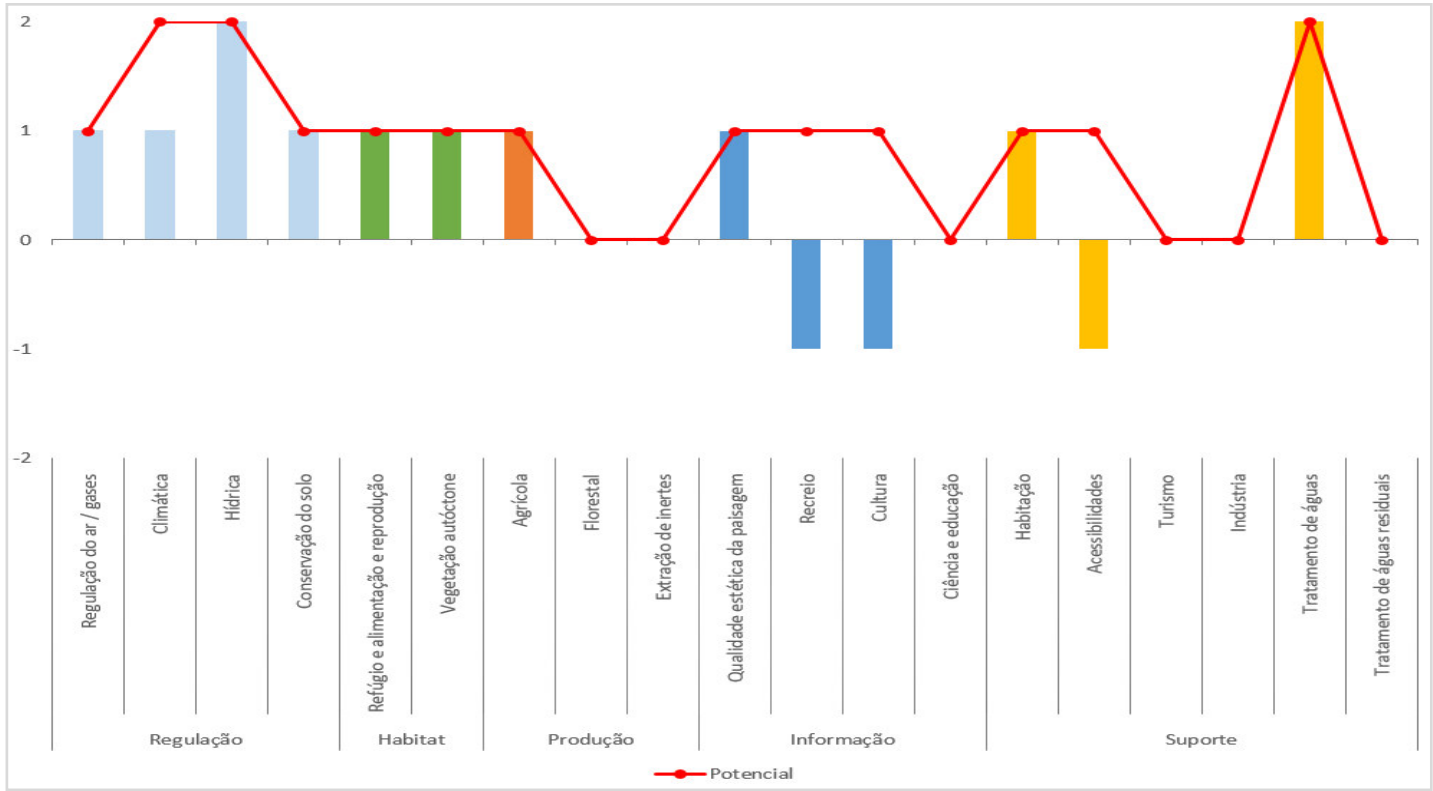


Vista para o vale Nascente do Este



Vista para o vale Nascente do Este

MULTIFUNCIÓNALIDADE DA PAISAGEM - FUNÇÕES ACTUAIS / POTENCIAL





UP3. VEIGAS DE BRAGA

Localizada a sul da área urbana da cidade, a unidade de paisagem está limitada a nascente pela Encosta dos Santuários e a poente pelos limites do concelho.

Corresponde a um território predominantemente agrícola e florestal, sendo que é nesta unidade que se encontra uma das maiores áreas agrícolas contínuas do concelho com produção sazonal de milho. Este é utilizado, essencialmente, para forragem que irá alimentar diversas vacarias locais para produção de leite.

A paisagem apresenta uma hipsometria com terrenos de cotas compreendidas entre os 100 e os 500m.

Quanto ao substrato do solo este é, na maioria, constituído por rochas graníticas, verificando-se a existência de um aluvião ao longo do rio da Veiga.

Nesta unidade encontram-se alguns sobreiros e azinheiras. Já na fauna, não existem espécies protegidas.

Esta unidade de paisagem, à semelhança de todo o concelho, apresenta vestígios arqueológicos relevantes, comprovando, mais uma vez, a larga ocupação temporal do território.

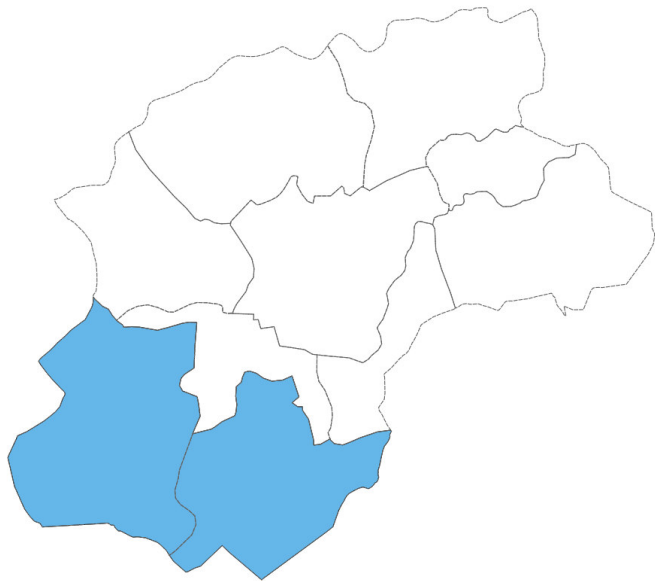


SÍNTESE

Geologia /Solos	Granitos de Celeirós e Vieira do Minho
Topografia	Declives entre 8 a 100 %
Rede Hídrica	Rio Este, Rio da Veiga e afluentes
Povoamento	Caráter linear Tipologia R/C +1
Orientação solar	Duas orientações Nascente e Poente
Biodiversidade	Interesse médio
Cadastro	Minifúndio alternado com propriedades de dimensões superiores
Ocupação do solo predominante	Agrícola e urbano de baixa densidade
Sistema Patrimonial	Interesse médio com presença de vários vestígios arqueológicos que no conjunto contribuem para o enriquecimento da história da ocupação do concelho. Presença de várias casas com algum valor arquitetónico



Vista para a Veiga de Penso





UP3.1. VEIGA DO ESTE

Nesta subunidade a ocupação é dispersa, concentrando-se em pequenos núcleos associados à centralidade rural das diversas freguesias, Juntas de Freguesia e Igrejas Paroquiais.

A paisagem alterna entre campos agrícolas de pequena dimensão e campos onde é possível a utilização de maquinaria para produção mais intensiva.

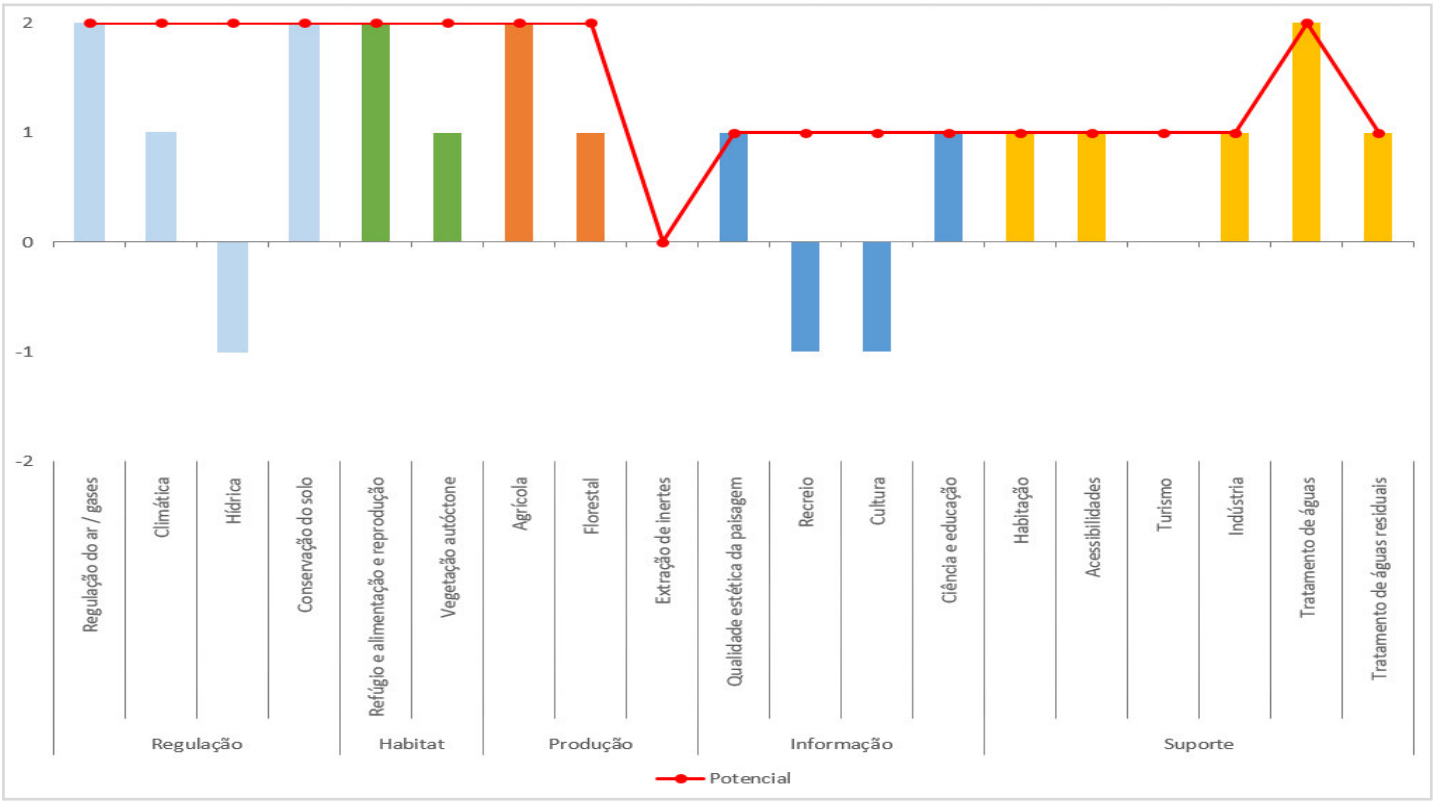
Esta unidade é atravessada pelo rio Este numa extensão considerável. É nesta subunidade que se observa uma maior degradação da qualidade da água do rio, possivelmente originada pela poluição difusa proveniente da fertilização dos campos agrícolas.

Nesta subunidade encontram-se vários vestígios arqueológicos da pré-história, idade do bronze e época romana, medieval, desde pequenas ocupações a necrópoles.

Existe também um conjunto significativo de capelas, igrejas e casas inventariadas.



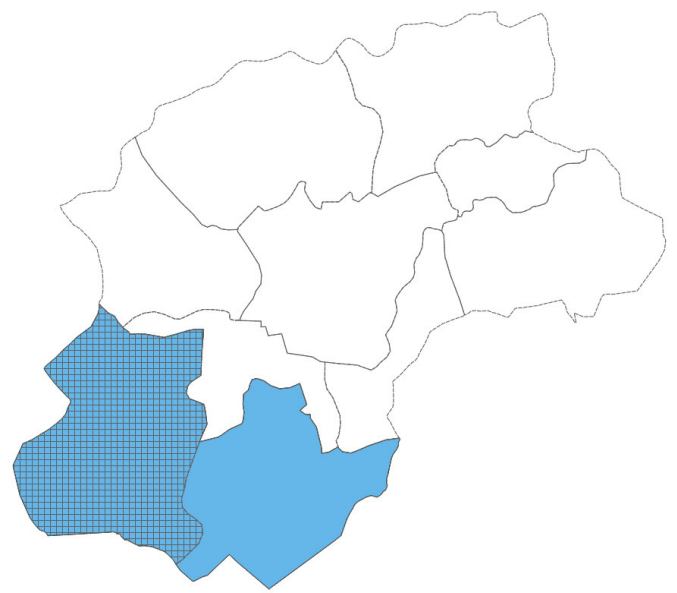
MULTIFUNCIÓNALIDADE DA PAISAGEM - FUNÇÕES ACTUAIS / POTENCIAL



Centro Cívico de Tadim



Ponte das Alminhas





UP3.2. VEIGA DE PENSO

Tal como o próprio nome indica, esta subunidade é composta pelo vale do rio da Veiga e da ribeira da Morreira, seu afluente.

Na zona de vale é notória a presença de campos agrícolas de maiores dimensões, onde a prática agrícola é permanente.

Nas cotas superiores a floresta é predominantemente composta por eucalipto e pinheiro.

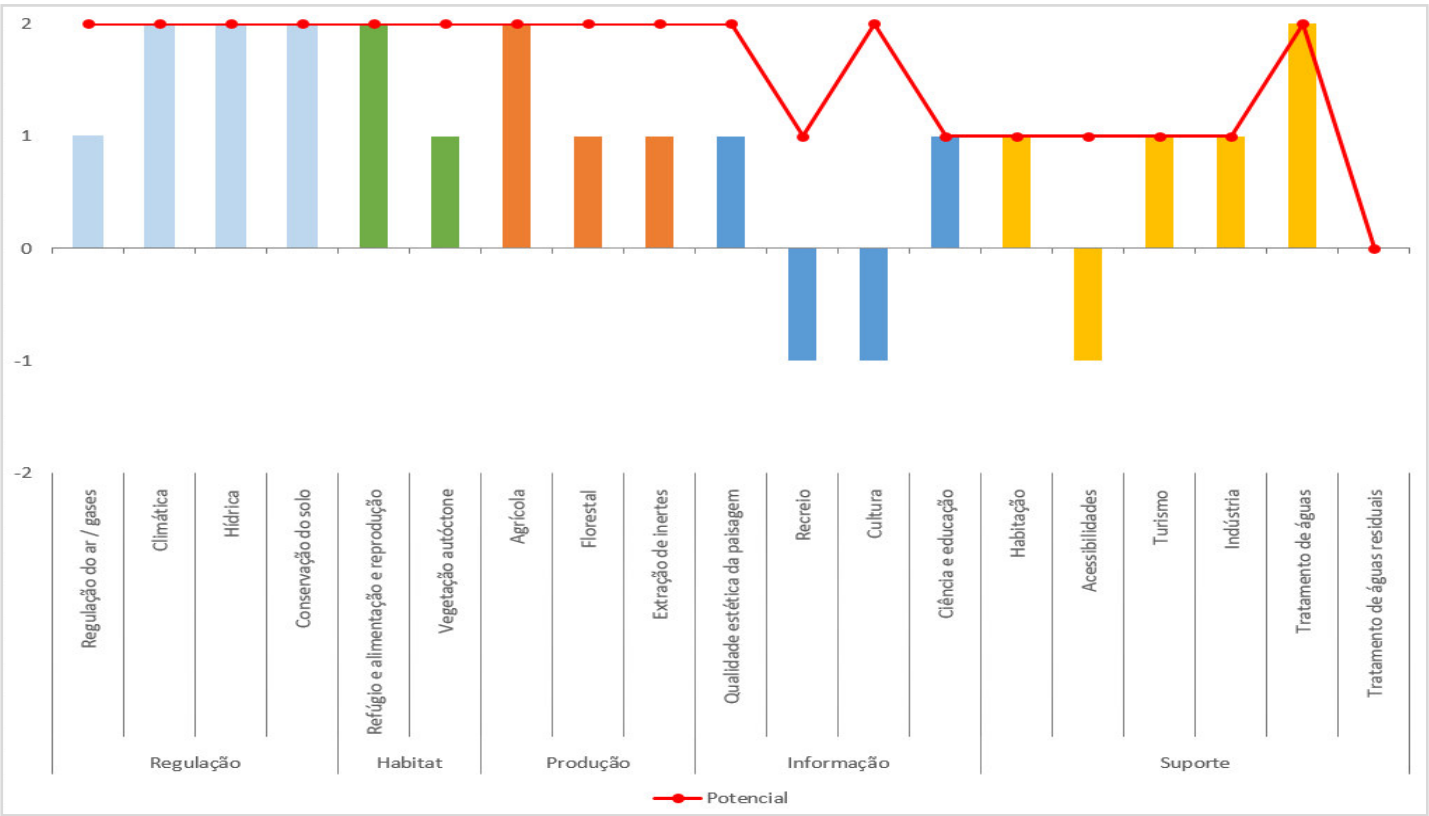
A ocupação é dispersa e ao longo das vias e essencialmente de habitação unifamiliar.

Nesta subunidade e dado o carácter geológico estão presentes várias unidades de indústria extrativa.

Encontram-se vários vestígios arqueológicos de pequenos povoadamentos e à semelhança da subunidade 1.3, encontram-se alguns bens arquitetónicos civis de elevado valor, como o Paço de Ançariz, Escudeiros.



MULTIFUNCIÓNALIDADE DA PAISAGEM - FUNÇÕES ACTUAIS / POTENCIAL



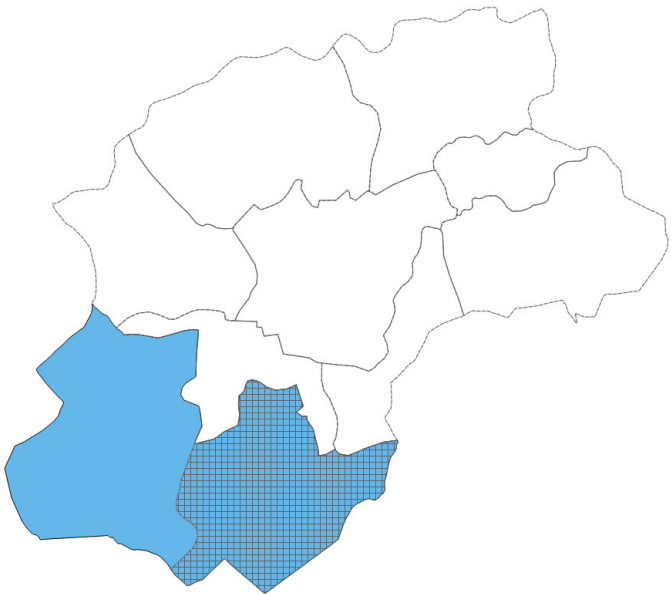
Casa e Quinta de S. Brás da Torre



Parque de Merendas



Capela Nossa Senhora do Rosário





UP4. ENCOSTA DOS SANTUÁRIOS

A unidade de paisagem localiza-se a nascente/sul da cidade e integra o Monte do Bom Jesus, Monte de Dadim e Monte de St.ª Marta das Cortiças que marcam definitivamente esta paisagem.

É um território misto de caraterísticas florestais com alguns aglomerados urbanos de baixa densidade.

A unidade de paisagem apresenta hipsometria com terrenos que vão da cota dos 300 aos 600m.

A hidrografia é composta por um conjunto de ribeiras que vão desaguar no rio Este.

Apresenta alguns sobreiros e azinheiras e quanto à fauna, não há espécies protegidas.

A ocupação urbana da unidade é marcada pela Igreja de Bom Jesus do Monte, pelo Santuário Mariano do Sameiro e pela Capela de Santa Maria Madalena da Falperra, todos eles, bens patrimoniais com forte carácter religioso.

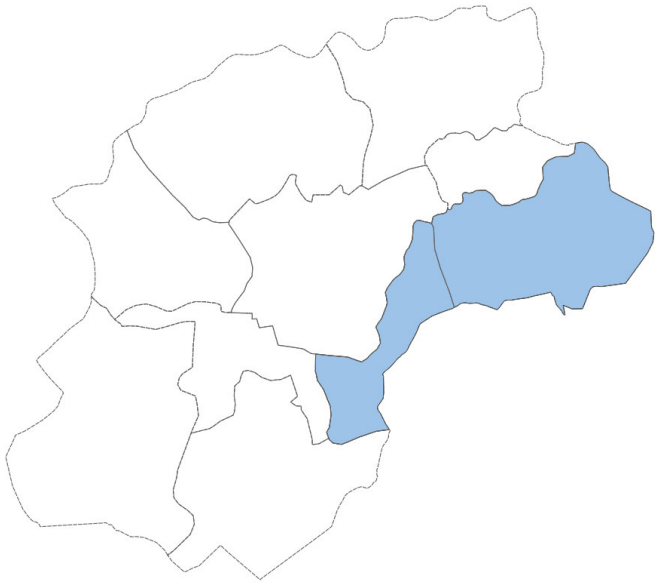


SÍNTESE

Geologia /Solos	Granito de Vila de Nune
Topografia	Declives de 16 a 100 %
Rede Hídrica	Abundante com a presença de vários moinhos na zona de sobreposta
Povoamento	Linear
Orientação solar	Três orientações - Nascente , Sul Poente
Biodiversidade	Médio interesse, sobretudo em termos de espécies florestais
Cadastro	Minifúndio na maioria com alguns campos agrícolas de maiores dimensões
Ocupação do solo predominante	Florestal e agrícola
Sistema Patrimonial	Elevado valor — Santuários e moinhos



Santuário Bom Jesus do Monte





UP4.1. SANTUÁRIOS

Em termos de ocupação do solo esta subunidade apresenta características essencialmente florestais.

Os povoamentos florestais são já muito heterogéneos uma vez que se observa a predominância de vários tipos de carvalhos.

A produção florestal é cada vez mais sentida dado que a quantidade de água e a exposição solar fazem desta área uma zona privilegiada a esta atividade.

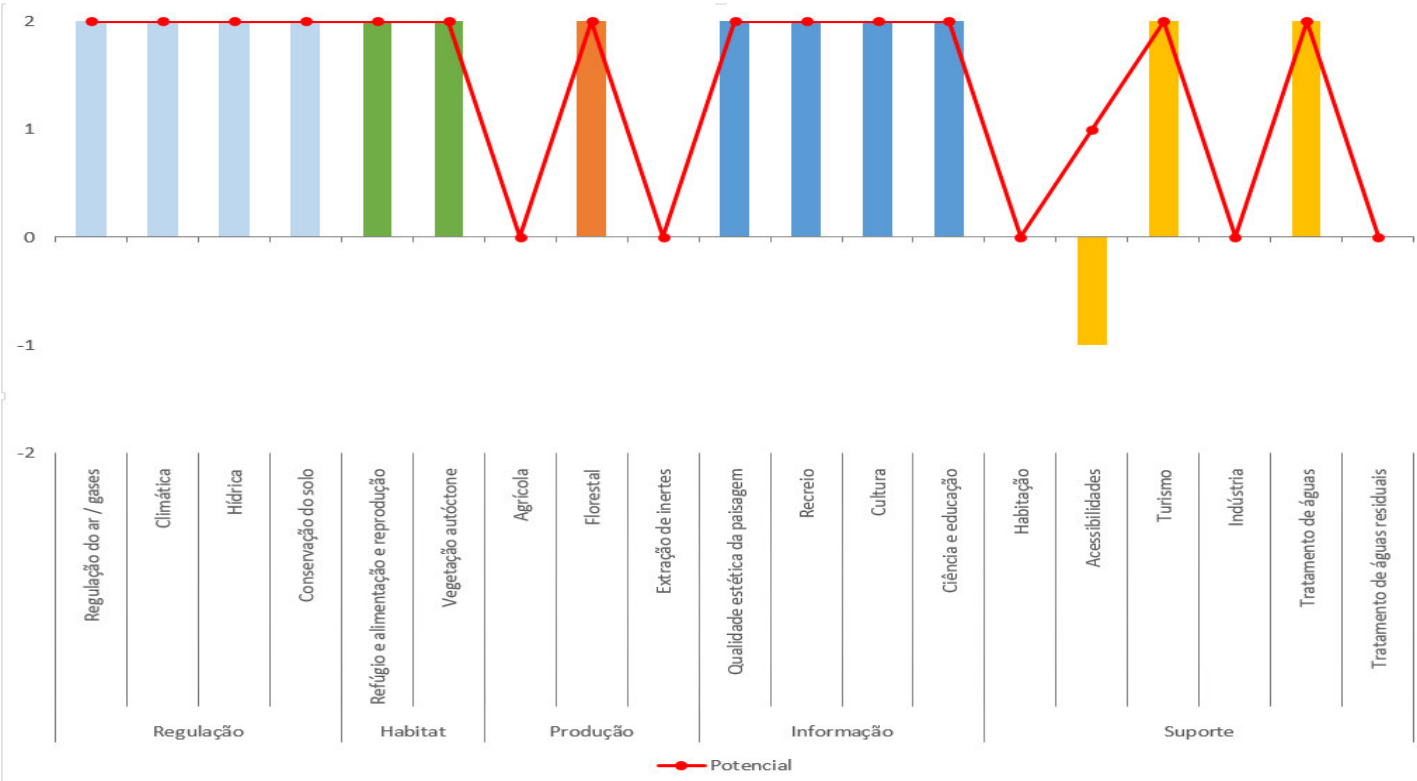
A componente religiosa está intrínseca a esta área devido à presença dos vários Santuários que integra, e que contribuíram para a sua delimitação.

A rede hidrográfica é abundante existindo diversas nascentes e bicas que são ainda hoje utilizadas pela população.

Em termos patrimoniais destacam-se os vestígios arqueológicos da Santa Marta das Cortiças, e do Monte da Consolação assim como os bens arquitetónicos Santuário do Bom Jesus do Monte, do Santuário do Sameiro e Santa Maria Madalena da Falperra.



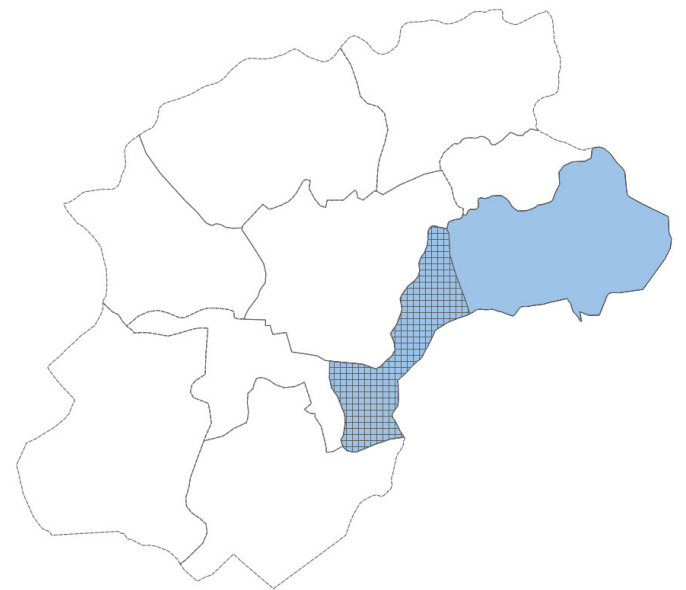
MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM - FUNÇÕES ACTUAIS / POTENCIAL



Santa Marta das Cortiças



Santuário do Sameiro





UP4.2. NASCENTE DOS SANTUÁRIOS

Esta subunidade caracteriza-se por extensas áreas de mato e floresta. Verifica-se a presença de agricultura de minifúndio com alguns campos onde é possível a utilização de maquinaria para produção mais intensiva.

Destaca-se a presença da zona industrial de Sobreposta ainda em consolidação, da central elétrica da EDP e do aterro da Braval.

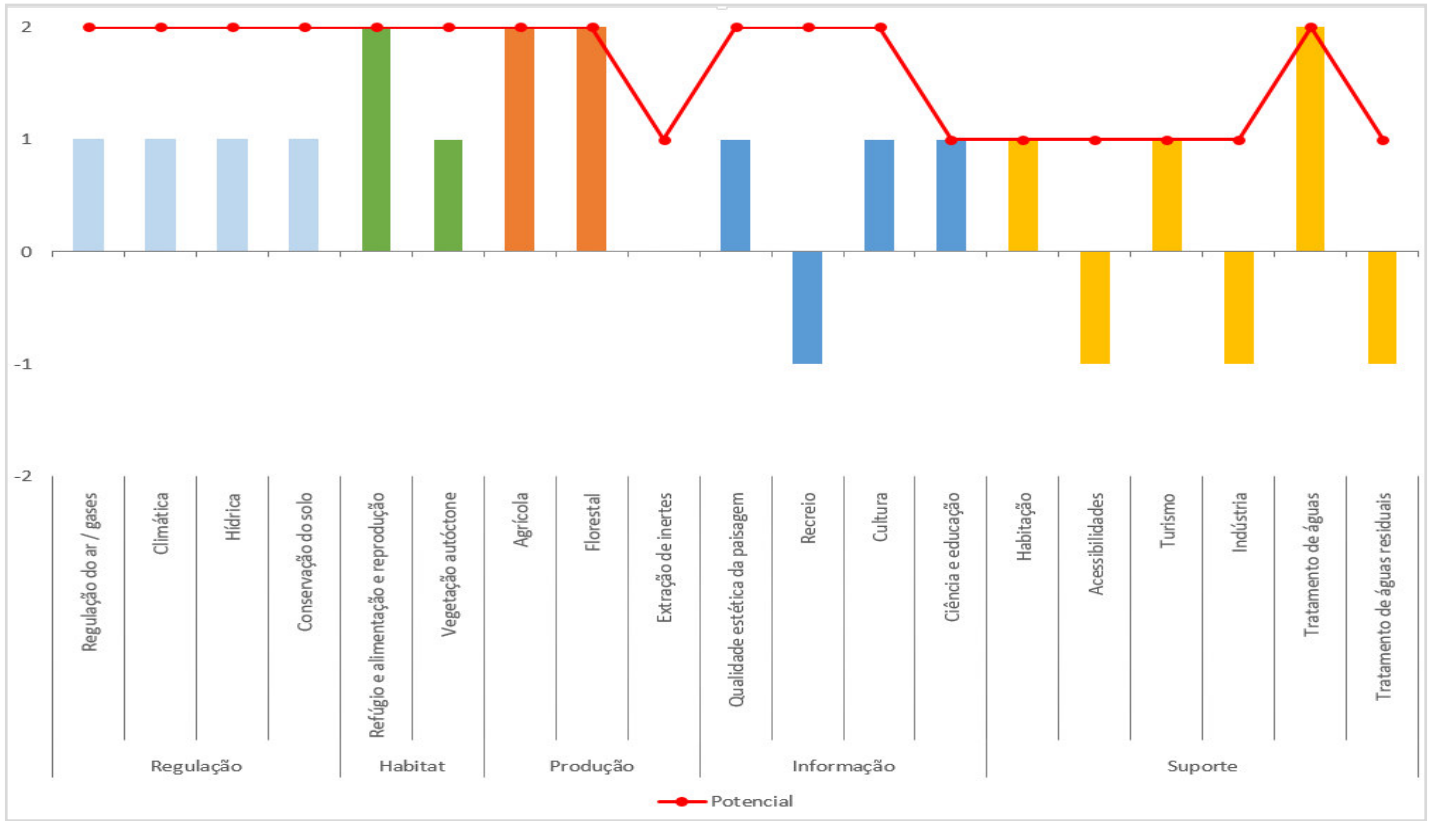
A ocupação é linear e predominantemente de habitação unifamiliar.

Nesta unidade de paisagem situa-se a nascente do rio Este., da ribeira de Provências e do rio das Febras.

Em termos patrimoniais destacam-se os moinhos de Portuguediz, e alguns vestígios arqueológicos tais como o castro das Eiras Velhas.



MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM - FUNÇÕES ACTUAIS / POTENCIAL



Nascente do rio Este



Moinhos de Portuguediz

